

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 2
Número 19
R\$ 7,00

Cidades assumem o trânsito aos poucos

Passados oito anos do atual Código de Trânsito Brasileiro, prefeituras buscam informações para administrar responsabilidade prevista na lei

Seqüestro de rendas

Municípios que não pagam precatórios correm riscos que ameaçam orçamento

Gestão

Prefeituras contam como atraíram empresa de grande porte para suas cidades

Entrevista

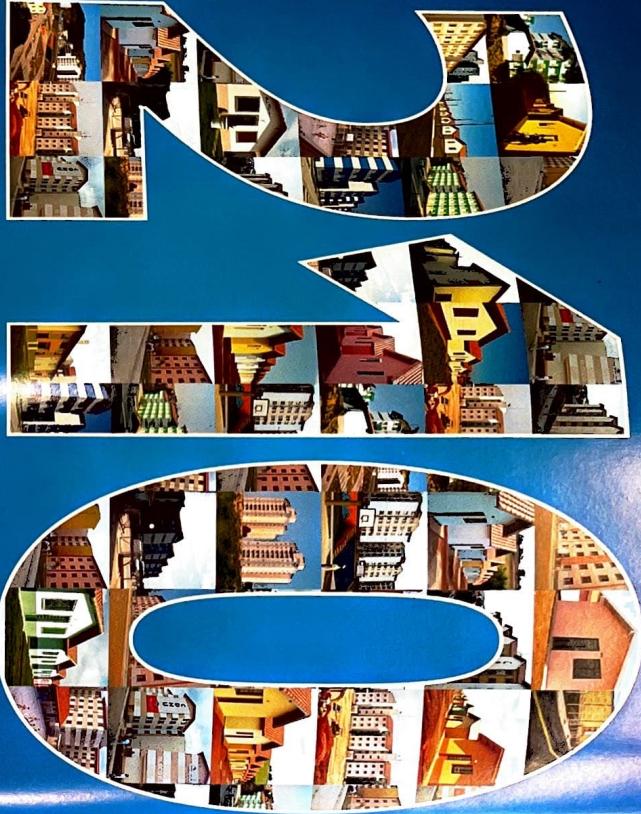
Secretário dos Transportes fala sobre trabalho feito nas estradas vicinais



mil novas moradias

NESSES LARES
A DIGNIDADE
COMEÇA
EM CASA.

De 1995 para cá, o maior programa habitacional do país.
CDHU. Fazendo casas, construindo cidadania.



Companhia de
Desenvolvimento
Habitacional
e Urbano



SECRETARIA DA
HABITAÇÃO



Reflexão e ação



A reflexão precede o planejamento, que por sua vez precede a ação. Pensando desta forma, temos procurado, a cada número da nossa *Municípios de São Paulo*, provocar nossos companheiros municipalistas a refletir sobre temas relevantes da administração municipal que, caso estejam pendentes em suas cidades, os levem ao estágio seguinte, o do planejamento, e por consequência à ação.

Neste numero, enfocamos a questão da responsabilidade pelo trânsito, cuja municipalização está prevista no Código de Trânsito Brasileiro e que a grande maioria dos municípios ainda não adotou. Apresentamos o tema transporte e entrevistamos o secretário de Estado dos Transportes, Dario Rais Lopes, que nos fala descontradicamente dos maiores desafios de sua pasta, dos projetos que estão em andamento, dentre os quais destacamos a preocupação em construir vicinais, cuidar da manutenção das estradas em todo o Estado e prosseguir na construção do Rodoanel.

Abordamos também a posição do Conselho Consultivo da APM, composta pelos presidentes dos consórcios de bacias hidrográficas e das associações regionais de municípios, cuja missão será a de estarem atentos às reivindicações mais prementes dos prefeitos de suas regiões, encaminhando-as para que possamos levá-las ao governador Geraldo Alckmin, em nossas audiências bimestrais.

Também nesta edição nossos articulistas tratam de temas relevantes, contribuindo e dirimindo diávidas sobre questões específicas.

Enfim, caros companheiros, desejando boa leitura a todos, lembro que nos dias 5, 6 e 7 de dezembro vamos realizar o 6º CBTM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, mas isso é assunto para o nosso próximo número.

Saudações Municipalistas.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS
 Presidente: Celso Gílio
 Vice-Presidente: Antônio Sérgio Baptista
 Secretário-Geral: Antônio Sérgio Baptista
 Vice-Presidente: Dario Rais Lopes
 Vice-Presidente: Wilson Segurini
 Vice-Presidente: Rubens Faria
 Vice-Presidente: Sérgio Gómez
 Vice-Presidente: João Carlos Gómez
 Vice-Presidente: Henrique Borges

SECRETARIADO NACIONAL

1º Vice-Presidente: Marcos Roberto Cesário Moreira

2º Vice-Presidente: Wilson Segurini

3º Vice-Presidente: Rubens Faria

4º Vice-Presidente: Sérgio Gómez

5º Vice-Presidente: João Carlos Gómez

6º Vice-Presidente: Henrique Borges

SECRETARIADO - MEMBROS INTERNACIONAIS

Secretário-Geral: Antônio Sérgio Baptista

1º Secretário: Dr. Heitor de Oliveira Sampaio

2º Secretário: Sébastião Mazzoni

3º Secretário: João Batista

4º Secretário: Henrique Borges

TECNICO

Tesoureiro Geral: Flávio Delgado

1º Tesoureiro: José Luiz Rodrigues

2º Tesoureiro: Antônio Francisco

3º Tesoureiro: João Buzzo

COMITÊ DE PESQUISAS

Presidente: Antônio Natale

Secretário: Celso Gílio

Assessor: Antônio Natale

Assessor: Celso Gílio

MARCIO KATO

Via de mão dupla

Secretário Dario Rais Lopes usa experiência municipal para auxiliar prefeituras na manutenção de estradas vicinais

A secretaria de Estado dos Transportes está envolvida com três grandes projetos: o Caminhos da Qualidade, que prevê a duplicação, implantação e manutenção de mais de 1.750 quilômetros de vias e terminais rodoviários; o trecho sul do Rodovia, com a construção de 61 quilômetros de estrada; e o Corredor de Exportação, que prevê a conexão entre aporte rodoviário, portuário e aeroportuário para integrar São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás.

Obras gigantescas, como estas

criam uma demanda muito reivindicada pelas prefeituras paulistas: a construção e manutenção de

obras vicinais. O secretário de Estado dos Transportes, Dario Rais Lopes, sabe disso: "Não basta ter uma rede de rodovia em bom

estado porque isso não garante a acessibilidade, que é a capacidade do escoamento da produção do início ao fim." Em entrevista à **Municípios de São Paulo**, o secretário explica que a priorização de uma obra na malha rodoviária conecta na própria cidade, quando a prefeitura define que obra é mais necessária para a região.

Com a experiência nas afli-

Estado?

É o reconhecimento do tra-

balho mas não é o suficiente. Nossa

grande desafio na questão rodoviária é fazer com que toda a malha

de iniciativa privada.

Pesquisa da Confedera-

ção Nacional do Transpor-

te divulgada em setembro

aponta que as 10 melhores

estradas do País são ad-

ministradas pela sua se-

cretaria. Com a qualidade

em um nível tão elevado,

quais os desafios que o sr.

apontaria para a infra-es-

trutura de transportes no

Estado?

É o reconhecimento do tra-

balho mas não é o suficiente. Nossa

grande desafio na questão rodoviária é fazer com que toda a malha

Secretário de Estado dos Transportes, em seu gabinete

tenha uma boa avaliação. Isso nós estamos conseguindo através de um esforço chamado Caminhos da Qualidade, com um investimento superior a R\$ 1,5 bilhão. Estamos fazendo a recuperação de 1.600 quilômetros na malha de modo a oferecer um nível de serviço tanto em termo de geometria, si- nalização e pavimento que seja o mesmo ou próximo das melhores rodovias do Brasil.

Temos agora que avançar no sentido de integrar o uso das di- versas infra-estruturas. O projeto Corredor da Exportação é muito

embarcado. Estamos integrando

infra-estruturas: rodoviária – ro-

doias Dom Pedro, dos Tamoios

e a Rio-Santos; portuária – com

portas da secretaria para viabilizar

o Porto de São Sebastião; e aero-

portuária – que são os aeroportos de Campinas e São José dos Cam-

pos. Além disso, também existe

a possibilidade de se introduzir a

conexão com a estrutura ferroviária através de centros logísticos no

Vale do Paraíba.

O Estado começa a pensar não

apenas como provedor e operador

de infra-estruturas isoladas – mas

que não são menos importantes

– mas numa forma integrada, de

modo que a iniciativa privada con-

sigua fazer uso dessa infra-estrutura

com redução de custos.

Obras viárias são possi-

velmente as maiores reivin-

dicações dos prefeitos no

que se refere a repasses de recursos do governo estadual...

Eu diria que 98% das reivindicações que eu tenho não são próprios do Estado. São de pedidos de apoio das prefeituras para que a secretaria as auxilie na questão das vicinais, das estradas rurais.

E como é o atendimen-

to da secretaria a esses

pedidos?

Nós temos trabalhado em es-

quema de parceria. O governador tem dado essa diretriz que é o

trabalho conjunto tanto com as

prefeituras como com a iniciativa

privada. Para várias prefeituras

nós fornecemos o material e a

administração local aplica, ou o

contrário. O mesmo acontece com a iniciativa privada. Na região de Catanduva, por exemplo, estamos

contratando obras de recuperação

de várias vicinais. Metade desse

custo é bancado pelo governo do

Estado e a outra, pela iniciativa

privada, através das usinas de

águas da região.

O Estado reconhece que não

basta ter uma rede de rodovia

em bom estado, porque isso

é a acessibilidade desde o iní-

cio até o fim do escoamento da

produção. Por isso, não adianta

não garantir a acessibilidade, que

é a acessibilidade desde o iní-

cio até o fim do escoamento da

produção. Por isso, não adianta

estar entre as 17 melhores ro-

doias do País se você sai dela e

os municípios – por dificuldades

que a gente conhece e reconhece

– não mantém a estrada vicinal

em bom estado. Assim, a produção

rural já chega comprometida na

grande cidade.

O sr. já foi secretário municipal em São José dos Campos, e viveu a realidade do outro lado, do lado da prefeitura. Que caminho o sr. recomenda aos gestores municipais para verem uma obra viária em sua região sair do papel?

Procuro trabalhar da forma mais aberta possível. Sentamos, conversamos, vou aos locais para, com a minha experiência de secretário municipal e agora no Estado, buscar em conjunto com o secretário ou com o prefeito alternativas para resolver os problemas. Não existe uma fórmula fixa de que o Estado vá entrar sempre com o material, por exemplo. Cada caso é um caso. Existem prefeituras que não têm fôlego nem estrutura para sequer elaborar o projeto.

Como é priorizado o trabalho com as estradas vicinais?

Eu entendo que a priorização dos municípios deva ser feita pelo próprio prefeito ou pelas próprias entidades representativas. Estive em Panorama no mês de agosto em uma reunião com a Associação dos Municípios da Alta Paulista (Amnap). A entidade selecionou quatro prioridades em termos de vicinais. Por determinação do governador, todas estão sendo atendidas. Quem está próximo do problema é que sabe a dimensão que ele tem. Por isso, recomendo uma organização local e usar as diversas associações – até a própria APM – para tirar as demandas regionais.

Como funcionam esses investimentos de organismos internacionais nas estradas paulistas, como por exemplo, os do BID? Por que eles investem e em que condições?

A questão de investimentos estrangeiros está muito ligada ao setor produtivo. Deve-se ter cuidado com esses empréstimos internacionais devido aos limites de endividamento em qualquer instância: municipal, estadual e federal. Hoje, apesar de todo o ajuste fiscal que nós fizemos no Estado, temos uma margem muito pequena para trazer recursos dos sistemas de empréstimo. A secretaria dos Transportes está hoje

dois anos entre a primeira consulta ao banco até a assinatura de um contrato de empréstimo. É uma fórmula boa, no que diz respeito à disponibilidade de recursos, mas não é processo que seria resolvido rapidamente.

Como está o atendimento da secretaria às reivindicações dos municípios?

Fizemos um balanço e nós atendemos – em maior ou menor grau – praticamente todos os 645 municípios do Estado, de 2003 até 2005. Ainda assim, cerca de 50 municípios não tiveram nenhuma interferência da secretaria. Tirando os municípios que têm algum problema de caráter emergencial – como problema de deslizamento de terra –, os outros todos têm de entrar na fila.

E qual o tamanho dessa fila hoje?

No que se refere aos trabalhos em vicinais, estamos atendendo 77 municípios. Existe uma prioridade para os municípios que não foram atendidos pela secretaria. Alguns chegam aqui com mais de quatro demandas, aí peço para o prefeito escolher só uma. Temos que atender às prioridades.

Sobre o projeto do Rodoviar, de que forma as prefeituras paulistas estão envolvidas?

Os melhores parceiros que nós temos nesse projeto são as prefeituras, em particular aquelas do ABC. Em nenhum momento nesse processo complicadíssimo – por-

"Rodovias em bom estado não garantem qualidade nas vicinais"

com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no projeto de recuperação de rodovias, que soma US\$ 240 milhões. Deste, US\$ 120 milhões vieram do banco e US\$ 120 milhões é contrapartida do Estado. Já entregamos a primeira etapa, estamos em processo de licitação da segunda.

Outra coisa é o prazo de maturação de um projeto dessa natureza. O prefeito que está começando agora pode esperar

que nós tivemos de redesenhar a questão ambiental no projeto – as prefeituras colocaram oposição vinculada a partido. Sempre houve um compromisso muito grande de todas. No trecho Oeste, temos trabalhado muito com as prefeituras de Osasco, Carapicuíba e São Paulo. Na questão do trecho Sul, todas as prefeituras – Mauá, Santo André, São Bernardo – e mesmo as que não são muito próximas – Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires – têm sido grandes parceiros. Lamentavelmente, a grande parceria que existe entre Estado e municípios não existe entre Estado e União.

Mas qual a participação efetiva das prefeituras?

Primeiro com ações institucionais. Foi o Consórcio Internacional do Grande ABC que organizou a audiência com o ministro dos Transportes e tirou dele publicamente a promessa de colocar R\$ 140 milhões por ano durante cinco anos para somar os R\$ 700 milhões para a obra. Além disso, existe um apoio aos trabalhos que nós fazemos em termos de levantamentos, cadastros. Há a parte de execução do projeto, mas também essa fase institucional de divulgação dos benefícios do empreendimento e das compensações já que toda grande obra tem o seu impacto. No caso do Rodoanel, fizemos a primeira avaliação ambiental estratégica de grande porte, ou seja, sujeita a chuvas e trovoadas.

Quanto a redução do investimento federal e o

atraso na expedição do licenciamento irão afetar a data de entrega?

Nós trabalhávamos com o segundo semestre para começar a obra. Se não der mais nenhum problema, isso vai para o final do segundo semestre. A duração de

**"Prefeituras
são as melhores
parceiras da
secretaria no
Rodoanel!"**

48 meses da obra não se altera, o que acontece é que estamos perdendo um semestre com as questões ambientais. O cenário ideal é que os R\$ 14 milhões que foram alocados pelo governo federal sejam complementados com recursos necessários para chegar nos R\$ 140 milhões prometidos. Mas nós vamos superar esses problemas com a ajuda das emendas parlamentares. Um cenário sem emenda implicará num atraso de conclusão da obra de 60 meses. Se contar com o fôlego só do Estado, essa obra demora um ano e meio ou dois anos a mais do previsto com a parceria entre Estado e União.

Em que estágio estão as obras do Corredor de Exportação?

Provavelmente em outubro, nós teremos as últimas audiên-

cias para publicação do edital dos dois lotes da rodovia Dom Pedro e da Carvalho Pinto. No começo do primeiro semestre, em março, já devemos concluir o projeto e os licenciamentos da duplicação do planalto da Tamoios. Até a metade de 2006, finalizamos o projeto e o licenciamento de São Sebastião.

Esse projeto também é alvo de críticas de ONGs ambientais. Qual o impacto do licenciamento ambiental na ampliação da malha rodoviária paulista?

Estamos passando por um período de transição em que tanto os empreendedores quanto as entidades ambientais estão aprendendo a conviver com os licenciamentos. Hoje você ainda não convergiu para uma situação de equilíbrio entre as duas partes. Muitas vezes, discussões pontuais acabam paralisando um projeto. Mas é também um processo de aprendizado. O volume de compensações ainda é uma coisa que não existe muito consenso, se para cada hectare que você desmata ou corta são cinco ou seis de compensação, por exemplo. É preciso ter o mesmo nível de entendimento de todas as partes como você tem em discussão de processos de desapropriação ou de reassentamento social, que hoje já foram incorporados por todos. Da mesma forma que evoluímos por ter uma lei bastante clara e ter a compreensão dos atores envolvidos, vamos também evoluir nessa questão ambiental.

PLANEJAR O TRÂNSITO

Por Fábio Bonino

A Semana Nacional de Trânsito realizada em Mairinque marcará a história da cidade. De fato, é a primeira vez que o município é contemplado com a realização de um evento que envolveu de perto com o trânsito de pessoas. Na região de Sorocaba, a iniciativa é realizada há dois meses a cidade, com a realização de ofícios de formalização da Deputran (Departamento Nacional de Trânsito) que classifica como uma das mais novas cidades paulistas a se integrar ao Sistema Nacional de Trânsito. A partir de agora a prefeitura de Mairinque será responsável pela

administração do trânsito local, composto por uma frota de veículos estimada de 15 mil carros e de 50 mil pedestres, para um total de habitantes. Ainda assim, seu número municipalizou, enfim, a guarda municipal, conclusão de um trabalho feito pela equipe técnica da Deputran para dar início ao planejamento de sinalização e operação do trânsito, que começará na região central da cidade. Hoje, as ruas não têm placas, o tamanho das lombadas é irregular e a população precisa ser educada para o trânsito. Só

São Paulo possui 441 municípios que precisam assumir a gestão municipal do trânsito



que é da própria cidade", conta Eduardo Oliveira, secretário de planejamento de Mairinque.

Até janeiro de 1998, toda gestão do trânsito no País era feita somente por órgãos estaduais e federais. Sancionada nessa data a lei federal nº 9.503/97, entrou em vigor o novo Código de Trânsito Brasileiro, que transferiu aos municípios a responsabilidade de estruturar seus respectivos órgãos e entidades para o exercício das atividades de sinalização, operação, engenharia, educação e fiscalização do trânsito.

Passados sete anos da aprovação do novo código, somente 670, do total de 5.561 municípios brasileiros, se municipalizaram, segundo tabela no site do Denatran atualizada em

Apesar de não ter prazo-limite, municipalização precisa ser encampada

23 de setembro último. "Embora sejam um pouco mais de 10% do total, os municípios integrados são os de maior população e de maior frota. Eles representam hoje 60% da população e 75% da frota de veículos do País", explica Manoel Victor de Azevedo Neto, coordenador geral de planejamento normativo e estratégico do Denatran. Apesar da observação do coordenador, os números estão abaixo do esperado para 2005: no Estado de São Paulo



Material oferecido no curso de municipalização do Denatran

somente 204, dos 645 municípios, se municipalizaram. Isso significa que 441 precisam se adequar à lei. Embora apresente rendimento baixo, São Paulo é, ainda assim, o terceiro colocado na lista de estados com maior número de cidades integradas.

O coordenador admite que os números deveriam ser muito melhores e já poderiam ter batido a casa de mil cidades integradas no País. "A discussão para instituir o Código teve início no começo da década de 90. Houve um período de pelo menos oito anos para que os municípios fossem se habituando a essa necessidade. O que temos tentado mostrar é que eles já deveriam estar preocupados há muito tempo com esse tema", diz Neto.

Para agilizar o processo de municipalização, desde março deste ano, o Denatran aplica em todas as regiões do País o Curso para Integração dos Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito. Do total de 70 cursos, 45 já foram aplicados. Consultores contratados por licitação ministram aulas e tiram dúvidas de prefeitos e secretários de obras

ou representantes, com base em cartilhas desenvolvidas e reunidas em um kit que, segundo Neto, já foi distribuído a todas as prefeituras do País. Até o momento, 1.900 gestores foram instruídos e 900 municípios, atingidos. "A principal função do curso é desmistificar a dificuldade de se municipalizar", diz.

E a dificuldade aumenta em primeiro ano de mandato. "Recebo ligação de secretários que assumiram junto com a nova gestão e que me perguntam se a cidade deles é ou não municipalizada", conta. Ao mesmo tempo, o primeiro ano de mandato também representa uma mudança de coisas: "Por outro lado, muitos novos prefeitos decidiram nesse primeiro ano de gestão resgatar e investir no projeto de trânsito da cidade, que estava parado até



então", conta Neto.

Diferentemente de outra lei federal, que estabelece um prazo para o cumprimento de sua obrigatoriedade – como por exemplo a lei federal 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da

Cidade e que determina a entrega do Plano Diretor até outubro de 2006 –, o Código de Trânsito Brasileiro não limita prazo para que as cidades se organizem. No texto de apresentação da cartilha do curso do Denatran, o presi-

dente da entidade, Ailton Brasiliense Pires, explica: "A municipalização do trânsito (...) sinaliza para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, melhorando a circulação e reduzindo os acidentes, à medida que permite a discussão e a administração desses assuntos entre governantes e cidadãos que vivem mais proximamente esses problemas."

A cidade de Campos do Jordão se municipalizou em 2000. Apesar de ter infra-estrutura pequena, com efetivo de 12 agentes municipais e arrecadação média de R\$ 40 mil/mês com aplicação de multas, o diretor do DSV (Departamento de Operação do Sistema Viário), Fernando Hasil, concorda com o presidente do Denatran: "Quem conhece os problemas da cidade é quem mora nela. Assim não se corre o risco de elaborar um projeto de trânsito que na prática pode não funcionar", acredita. Com a adequação à lei, a cidade sinalizou e reorganizou o tráfego das duas principais vias da cidade. Para a fiscalização, a prefeitura selou convênio com a Polícia Militar e, desde janeiro último, o pelotão da cidade composto por 30 soldados também cuida da aplicação de multas, da circulação e estacionamento rotativo.

"A sinalização das ruas de Amparo começou com a municipalização", conta Adriano Roque Jeremias, diretor municipal de trânsito. Integrada ao Sistema Nacional de Trânsito em 2002, a cidade tinha "o trânsito esquecido", nas palavras do diretor. A mudança

Lista de obrigações

As obrigações dos municípios expressas no Código de Trânsito Brasileiro:

Legal

- Art. 24 e 21 Municipalizar o trânsito
- Art. 1º Assegurar o direito ao trânsito em condições seguras
- Art. 73 Responder às solicitações dos cidadãos
- Art. 75 Participar de programas nacionais de educação e segurança de trânsito
- Art. 74 Criar área de educação
- Art. 74 Criar Escola Pública de Trânsito
- Art. 93, 94 e 95 Adequar legislação municipal referente a: calçada, passeio, obras e eventos na via e fora da via etc.
- Art. 24, 23 e 21 Fiscalizar o trânsito diretamente através de seus agentes próprios ou indiretamente, através da Polícia Militar (sempre com base em convênio), autuando, aplicando as penalidades de multa e arrecadando as multas que aplicar (diretamente através da arrecadação própria ou indiretamente através do Detran)

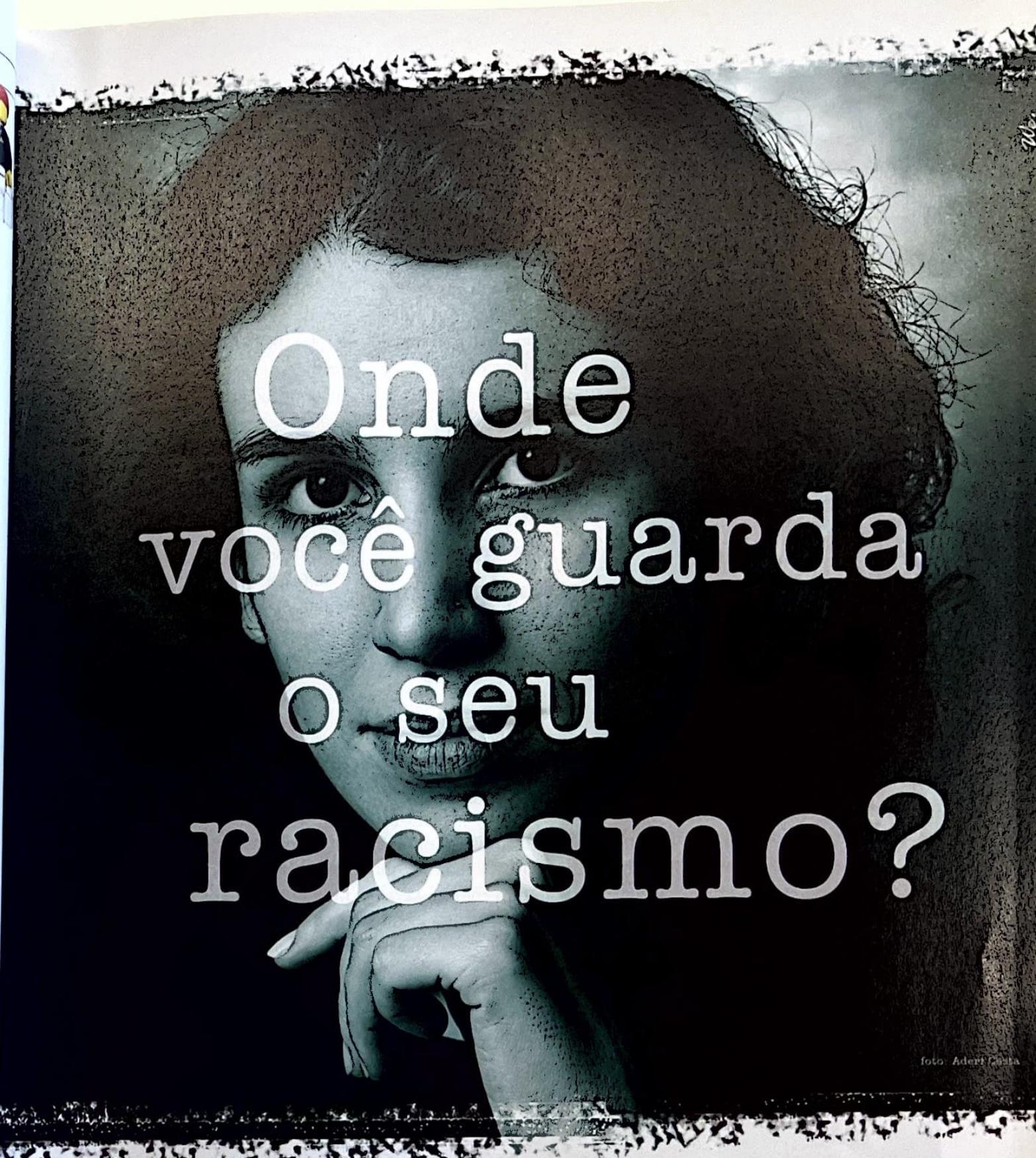
Institucional

- Art. 8 Organizar e criar órgão ou entidade municipal de trânsito
- Art. 16 Criar JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infrações
- Art. 24 e 21 Integrar-se ao SNT
- Art. 25 Firmar convênio com o Governo do Estado para: acesso ao cadastro, bloqueio e desbloqueio de gestão de trechos de rodovias estaduais (se for o caso) etc.
- Art. 25 Firmar convênio com o Governo Federal sobre gestão de trechos de rodovias federais (se for o caso)
- Art. 25 Firmar convênio com outros órgãos ou entidades municipais (se for o caso)
- Financeira Art. 320 Aplicar recursos das multas em projetos de trânsito
- Art. 320 Repassar 5% das multas para programas nacionais
- Art. 16 e 337 Apoiar financeiramente a Jari e o Cetran

Técnica

- Art. 24 e 21 Planejar, organizar e operar o trânsito no âmbito da circulação, do estacionamento e da parada
- Art. 24 e 21 Responsabilizar-se pela implantação e manutenção da sinalização de trânsito
- Art. 95 Autorizar e fiscalizar obras na via ou fora da via pública
- Art. 24 e 21 Controlar circulação de veículos especiais
- Art. 93 Analisar projetos de pólos geradores

Fonte: cartilha Municipalização do trânsito - Roteiro revisado, 2004, editado pelo Denatran.



Onde você guarda o seu racismo?

foto: Adel P. Costa

Não guarde o seu racismo. Jogue fora.

A campanha "Onde você guarda o seu racismo?" é realizada pela iniciativa Diálogos Contra o Racismo, que reúne mais de 40 instituições da sociedade civil na luta pela igualdade racial no Brasil.

O objetivo: incentivar mudanças de pensamentos, hábitos e atitudes. O caminho: revelar e discutir as várias formas de guardar o racismo, provando que todas elas são nocivas, destrutivas e altamente contagiosas.

www.dialogoscontraoracismo.org.br



na administração mexeu nas estruturas da prefeitura que teve de incorporar um departamento de trânsito em sua sede. Além da constituição da JARI – Junta Administrativa de Recursos e Infrações –, a cidade ativou a Área Azul, com estacionamento rotativo, e capacitou 24 soldados da guarda municipal como agentes de trânsito. "No início, muitos carros foram apreendidos. Foi um alvoroço na cidade. A população não estava acostumada com a cultura de multa no pára-brisa", lembra Jeremias. "Hoje o trânsito está mais disciplinado, e a população também", observa.

A cidade de Santos, quase seis vezes maior que Amparo e que se municipalizou no mesmo ano em que o código entrou em vigor – 1998 –, comemora a redução na ocorrência dos autos de infração (AITs), ou seja, de multas notificadas. Em 2002, o total foi de 225.728 multas; dois anos depois, em 2004, esse resultado caiu para 148.068. Mas a redução das multas significa também redução na arrecadação destinada para administração do

trânsito local. "É uma situação perversa: quanto mais investimos em educação e obtemos resultados positivos, menor é a nossa arrecadação com multas e, consequentemente, menor é a minha receita para investir no próprio trânsito", conclui o diretor-presidente da Companhia de

Municípios integrados são os de maior população e de maior frota

Engenharia de Trânsito (CET) de Santos, Rogério Crantschaninov. Prevendo essa queda de multas que a educação do trânsito positivamente traz, a câmara municipal aprovou lei de convênio entre a prefeitura e a CET-Santos. Em 2005, a prefeitura colocou verba anual de R\$ 15 milhões à disposição

do departamento para que lance mão quando não conseguir fechar o caixa mês a mês. A queixa feita pelo diretor da CET-Santos é comum mas equivocada na visão do coordenador geral de planejamento normativo e estratégico do Denatran, Manoel Victor de Azevedo Neto. "Quando o código estabeleceu que os recursos das multas seriam aplicados exclusivamente em trânsito, ele não quis dizer que o orçamento do órgão de trânsito deveria sair exclusivamente daí. Aí é que está a confusão: o dinheiro oriundo de multas é um adicional. O trânsito tem que estar previsto no orçamento da prefeitura", explica.

A consultora Maria da Penha Nobre, que é uma das instrutoras do curso do Denatran, explica que, além da arrecadação das multas, o município deve reivindicar as porcentagens oriundas do IPVA e do estacionamento rotativo como verbas para investir em trânsito, mas também concorda que o orçamento da prefeitura deve contemplar a área. "A gestão



Prefeituras precisam investir em estrutura para educação de trânsito

Fale Conosco

REDAÇÃO

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
marcio@editorasegmento.com.br (publisher)
Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150
CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING

Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais
Tel.: (11) 3879-8220
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.
Tel.: (11) 3879-8206 e (11) 3879-8204
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br
karenCardial@editorasegmento.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 2165-9999 – Fax: (11) 2165-9986
www.apaulista.org.br

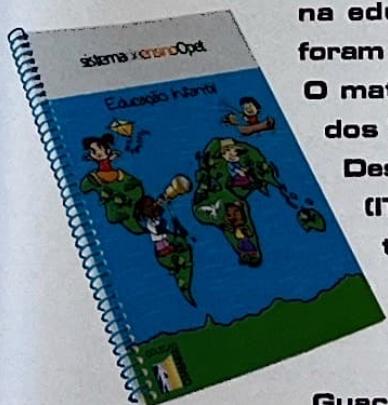


Errata

Duas imagens contidas na matéria "Sócios na educação", pertencente à edição 18, foram publicadas invertidas, erroneamente.

O material didático do Instituto de Estudos Técnicos, Pesquisas e Projetos para Desenvolvimento Econômico e Social (ITEC) é, na verdade, o da direita, e a apostila da Editora Opet é a da esquerda.

Além nesta matéria: a sede do ITEC fica em Mogi-Guaçu, não em Campinas como foi publicado. A equipe da redação pede desculpas às empresas pelos equívocos.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Como selar convênios com o Estado

Os convênios com a Secretaria de Estado de Segurança Pública podem ser viabilizados: por meio do Detran, para a cessão do cadastro de veículos e proprietários (emplacamento); por meio de órgãos ou entidades rodoviárias, para gestão de trechos de rodovias que cortam a cidade; ou com a Polícia Militar, para suprir as demandas na área de operação e de fiscalização, ou seja, de apoio aos agentes de trânsito na autuação ou aplicação de multas de competências estaduais ou municipais.

Segundo a secretaria, o número de convênios fechados está na casa dos 344. "Mas amanhã esse número poderá ser outro porque está aumentando gradativamente", explica a coordenadora da assessoria técnico-policial da secretaria, Elaine Ghersel.

Não existe um número limite de convênios que as cidades podem selar com o Estado. Tudo depende de avaliação: "Quaisquer parcerias poderão ser propostas junto ao Estado mas dependerão de análises e pareceres dos órgãos técnico e jurídico, existência de interesse público

e de conveniência e oportunidade a critério da administração estadual", explica a assessora.

Para dar entrada em um pedido de convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública para celebrar convênios de trânsito, o prefeito deve encaminhar ofício para o secretário Saulo de Castro Abreu Filho, acompanhado dos seguintes documentos:

- Autorização legislativa para celebração do convênio;
- Declaração unificada, conforme modelo fornecido pela ATP, em cumprimento ao decreto nº 40.722/96;
- Comprovante da prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado referente ao exercício anterior;
- Certidão negativa de débitos com a Seguridade Social (INSS);
- Certidão negativa de débitos com o FGTS;
- Exemplar da Lei Orgânica do Município.

do trânsito não pode se apoiar unicamente na arrecadação dos valores das multas. É um erro", aponta a técnica, que por 25 anos trabalhou na CET da cidade de São Paulo.

Os departamentos municipais de trânsito que se virem numa situação estrutural e financeira frágil podem recorrer aos convênios. Todas as cidades ouvidas pela reportagem – menos Amparo – mantêm convênios com a Secretaria de Estado da Segurança Pública na área de fiscalização e operação do trânsito. A secretaria também viabiliza convênios para administração de trechos de estradas e cadastro de carros e proprietários (*leia o quadro acima*).

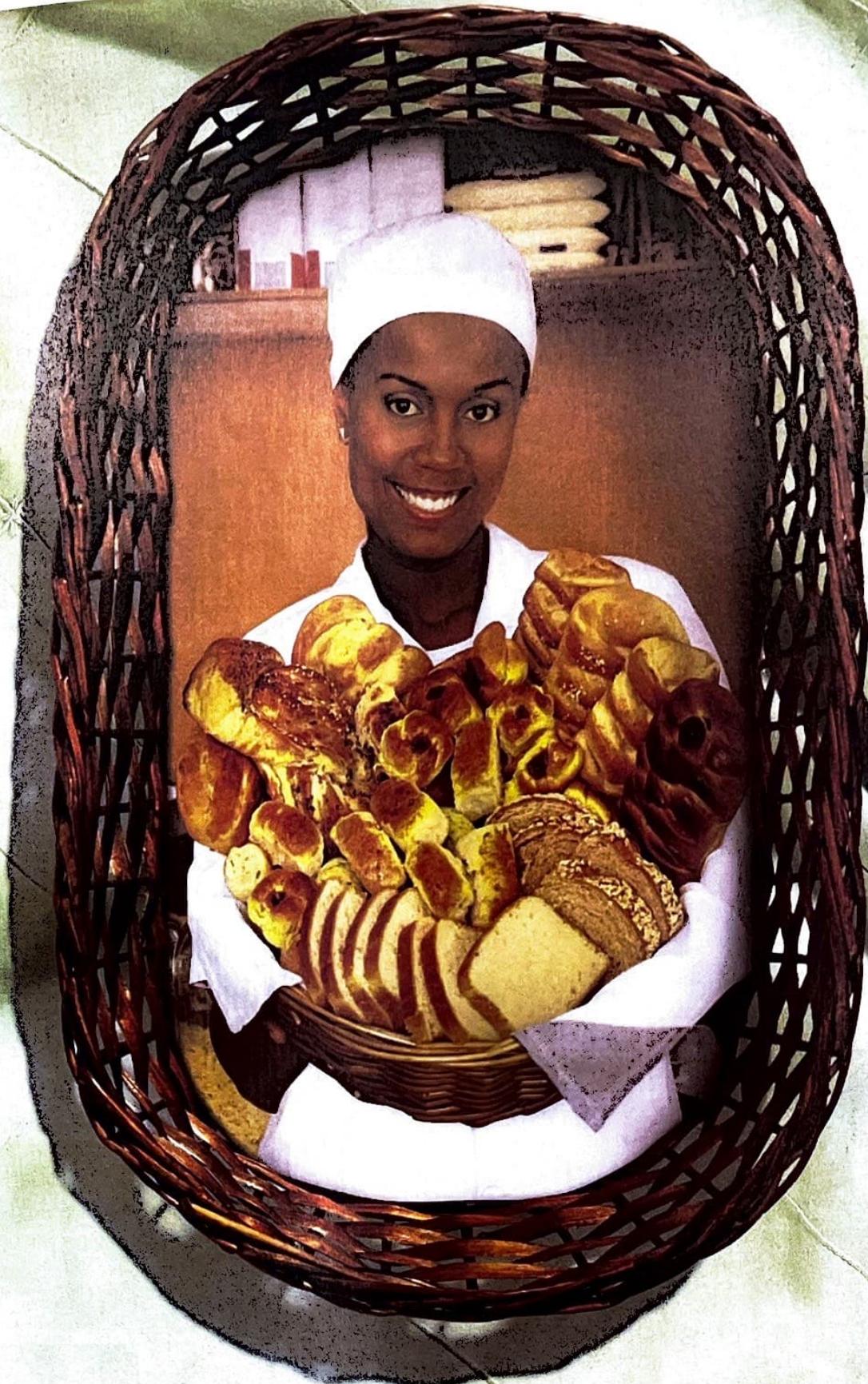
As prefeituras também podem reivindicar os recursos ou fechar convênios com a União. Quando se municipalizam, as cidades repassam

Prefeituras devem prever verbas para trânsito dentro do orçamento

automaticamente 5% das multas para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), e é desse fundo que o Denatran retira o financiamento para projetos nas áreas de segurança e educação no trânsito. Mas esse dinheiro não vem sendo utilizado pelas prefeituras. "Estamos com uma rubrica de financiamento para projetos no orçamento de 2005 que foi pouco utilizada, uma parte por desconhecimento e outra porque as prefeituras não cumprem a instrução normativa

para encaminhar projetos", alerta Manoel Victor de Azevedo Neto, do Denatran. O valor disponível é de R\$ 150 mil. "Nenhum projeto foi aprovado porque nenhum estava adequado. E poucos chegaram também", diz. Segundo o coordenador, todas as explicações e normas formais para confecção de projetos estão disponíveis no site do órgão – www.denatran.gov.br

Pelas metas da política nacional de trânsito até 2006, o Denatran pretende atender até 90 municípios com projetos de segurança, escolhidos com base dos índices de acidentes. Nas regiões Sudeste e Sul, 30 cidades que tenham índices de acidentes acima de 18 mortes por 100 mil habitantes poderão ser atendidas. Quem sabe até lá, as equipes municipais de trânsito já poderão ter tirado todas as dúvidas sobre como fazer projetos adequados.



*Inclusão social, aumento de renda,
lição de cidadania.*

Gracias à ajuda de empresas, empresários e muitas outras pessoas, o Projeto Padarias Artesanais do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo não pára de crescer. Até agora foram doados mais de 6.500 kits com forno, botijão de gás, liquidificador, batedeira e assadeiras. Um kit simples, que ajudou milhares de pessoas a recuperar seu sonho e sua dignidade. Ajude você também. Ligue (11) 3874-6952 ou acesse www.fundosocial.sp.gov.br



FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Como "blindar" a economia a choques

Apesar da crise política, municípios não sofreram com a queda na arrecadação e aumento dos problemas sociais

Por mais que a economia brasileira mostre sinais de vitalidade diante da atual crise política, o fato é que a situação estaria muito pior se não fossem duas condições básicas. A primeira é que o cenário econômico mundial é o melhor possível em muitos anos. O mundo está crescendo a taxas bastante elevadas e, por isso, os preços das *commodities* de exportação do Brasil têm batido. Graças a preços elevados dos nossos produtos de exportação e à puxada oriunda do crescimento mundial, a forte queda da taxa de câmbio que vem ocorrendo nos últimos meses quase nenhuma influência teve sobre o valor das nossas exportações.

A outra razão para a crise política ter tido pouco efeito na economia está na simples constatação de que a taxa de juros era muito elevada quando a crise estourou. Ou seja, os juros não precisaram subir mais, simplesmente por já estarem muito elevados. Passados vários meses em que vinha aumentando para combater as pressões inflacionárias oriundas dos choques do ano passado, a taxa básica do Banco Central, a Selic, alcançara o alto nível de 19,75% ao ano, e ali se fixou até há pouco. Hoje, em comparação com expectativas de inflação cada vez menores para os próximos doze meses, a taxa de

juros real subiu para algo ao redor de 14% ao ano, algo que talvez represente a maior taxa básica real de juros do mundo. A consequência de cenário externo favorável com juros tão altos foi uma enxurrada crescente de dólares no País. Nessas condições, a taxa de câmbio vem se apreciando e, por conseguinte, vem ocorrendo uma rápida resposta favorável da inflação interna. Pelo lado da

mente nos últimos tempos, a despeito da subida dos juros básicos. O que, por sua vez, se deve ao fato de que os bancos puderam oferecer essas operações, ao grande número de clientes em potencial, a taxas muito mais baixas do que as que vinham sendo praticadas nos mercados convencionais. Além disso, a puxada do comércio mundial tem sido fundamental para expandir as exportações. Nesses termos, aquela combinação desfavorável, de câmbio alto, juros altos, dívida pública em ascensão e economia em recessão, não encontrou espaço para se manifestar na economia brasileira. Assim, o pior problema que poderia ter ocorrido para os municípios, ou seja, a queda de arrecadação e o crescimento dos problemas sociais felizmente não aconteceu. É de se lamentar, contudo, que o País tenha deixado de aproveitar essa oportunidade, de crescer sua economia a taxas bem acima das taxas médias pífias dos últimos anos.

Câmbio e juros altos não encontraram espaço para abalar a economia

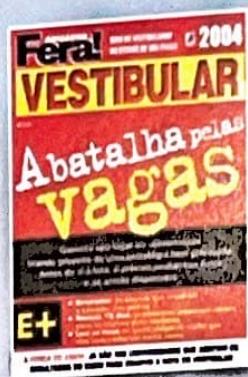
visível queda da inflação, o Banco Central já poderia vir reduzindo as taxas de juros, de volta pelo menos aos 16% ao ano em vigor em agosto do ano passado, quando a escalada ascendente começou a se manifestar. Não o fez, Deus sabe por quê...

O que mais surpreende, por outro lado, é o fato de a economia não ter despencado mais em resposta à forte subida dos juros reais. Isso se deu porque o crédito interno (especialmente o consignado em folha) vem se expandindo forte-



Raul Velloso é consultor especializado em contas públicas.

Deixe a Segmento cuidar de sua comunicação editorial



**Publicações internas e externas,
livros, revistas, conteúdo para intranet,
extranet e mateirais intitucionais.**

www.editorasegmento.com.br
marcio@segmentomc.com.br
tel.: 11 3879-8222/8223

 **editora
segmento**

Governador anuncia redução de carga tributária

Desoneração das empresas, redução de carga tributária e maior poder de competição à economia paulista. Esses resultados foram prometidos pelo governador Geraldo Alckmin com a próxima fase do programa São Paulo Competitivo, lançado em setembro do ano passado.

O novo elenco de medidas, que visa gerar mais emprego, renda e trabalho, adiciona novos produtos à lista da cesta básica consumida pela população, reduz a carga tributária para pasta e escova de dentes; amplia o Simples Paulista; beneficia as micro e pequenas empresas com a criação de linha de crédito especial; incentiva a

aquisição de ônibus movidos com GNV (Gás Natural Veicular), para o transporte coletivo municipal; dá novos estímulos ao setor portuário; e desonera a indústria aeronáutica paulista. "Estamos fazendo um grande esforço para reduzir ainda mais os impostos e ao mesmo tempo ajudar todos os consumidores", afirmou o governador.

A última medida anunciada foi a sanção da lei que isenta do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) as operações internas no Estado de São Paulo com trigo em grão, farinha de trigo, mistura pré-preparada de farinha de trigo para panificação, pão francês, pão de sal e macarrão,



LUIZ CARLOS LEITE/GOV. DO EST. DE SÃO PAULO

Tendência do preço do pão é cair

todos integrantes da cesta básica, além de bolachas e biscoitos derivados do trigo, dos tipos "cream cracker" e "água e sal". A medida anunciada no fim de setembro, que 'zera' a cobrança do imposto, permitirá ampliar o acesso da população a esses gêneros alimentícios.

Orçamento de 2006 é enviado à Assembléia Legislativa

Pelo documento, o total do orçamento do governo do Estado previsto para o ano que vem é de R\$ 80,7 bilhões, o que equivale a um crescimento de 15% em relação ao de 2005. Do total, 75% dos recursos disponíveis para o Estado – total da arrecadação menos vinculações e transferências constitucionais para os municípios – será destinado à área social. Para a área de infra-estrutura, a previsão é de R\$ 11 bilhões (9% do montante dos recursos estaduais). O volume total de investimentos da proposta é R\$ 9,1 bilhões, sendo R\$ 6,3 bilhões de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 2,8 bilhões das empresas estatais.

O Estado prevê aumento de recursos para as áreas que têm verbas vinculadas à arrecadação: Educação, Saúde e Universidades. À educação, a previsão é destinar R\$ 14,7 bilhões, o que equivale a 30,73% da arrecadação tributária estadual. A Constituição Estadual determina a destinação de 30% a essa área. Já para as universidades, a previsão é destinar R\$ 38,5 milhões a mais do que os 9,57% determinados pela Constituição, atingindo 9,65% da arrecadação. Outro setor que tem previsão de aumento é o da saúde, que terá 12,1% do que o Estado arrecada. O secretário estadual de Economia e Planejamento, Martus Tavares,

destacou que a proposta prevê todos os recursos necessários para o pagamento da dívida, aumento salarial dos servidores públicos e do Judiciário, aumento nas transferências constitucionais para os municípios e, mesmo assim, haverá mais recursos para os investimentos. "Trata-se de um orçamento realista", destacou o secretário de Estado de Economia e Planejamento, Martus Tavares. Os cálculos da Proposta Orçamentária consideram um nível de inflação (IGP-DI) de 5,5% e crescimento do PIB real de 3,7%. Esses em parâmetros correspondem à média do mercado, apurada pelo Banco Central na pesquisa Focus.

Conferência Estadual das Cidades reúne gestores paulistas

Realizada na capital paulista no mês de setembro, a segunda etapa da conferência reuniu representantes dos municípios para discutir os temas paulistas que serão levados para a 2ª Conferência Nacional das Cidades, marcada para 30 de novembro a 3 de dezembro, em Brasília.

Além do Plano Diretor, os temas discutidos na conferência paulista foram: participação e controle social, incluindo conselhos e representação, a questão federativa, a política urbana regional e metropolitana, que abrange educação, saúde, lazer, entre outros subtemas, além do financiamento do desenvolvimento urbano. Esses assuntos foram discutidos por diversos segmentos da sociedade, incluindo

poder executivo, trabalhadores representados por sindicatos, empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, organizações não-governamentais e conselhos de classe profissional. "As propostas devem ser levadas em termos gerais para que nós tenhamos a legislação adequada aprovada", explicou o ministro das Cidades, Marcio Fortes. Ele alertou ainda que o Governo Federal está trabalhando para minimizar as limitações econômicas e dar mais rapidez à aplicação dos recursos direcionados para os municípios. Dos cerca de 300 delegados que participaram da Conferência Estadual, 33 foram selecionados para irem à Conferência Nacional das Cidades, no final do ano.

Alckmin autoriza construção das novas unidades da Febem

O governador Geraldo Alckmin assinou ordem de serviço para o início da construção de nove novas unidades de internação da Fundação do Bem-Estar do Menor. As cidades que receberão as unidades são: Praia Grande (2), Ferraz de Vasconcelos (2), Campinas (2), Mauá (1), Itapetininga (1) e Piracicaba (1). Cada unidade terá capacidade para abrigar 56 adolescentes, dos quais 40 em medida de internação e 16 em Unidade de Internação Provisória (UIP).

Outras obras ainda estão em fase de licitação: duas unidades em

Osasco, uma em Taquaritinga, uma em Franca, uma em Santo André e duas em São Paulo. E em fase de entendimento duas em São Bernardo do Campo, uma em Mongaguá, duas em Peruíbe, uma em Santos e três em Guarulhos.

"Com isso nós deveremos resolver o problema da Febem do Tatuapé. Hoje, nós temos lá 1.500 adolescentes e a nossa idéia é que até janeiro os internos voltem para perto de suas famílias", informou o Geraldo Alckmin. Atualmente 22 unidades da Febem estão localizadas no interior.

Assembléia reformula portal na internet

Assembléia Legislativa de São Paulo lançou versão remodelada de seu site, www.al.sp.gov.br.

Pelo canal, pode-se acompanhar o andamento dos processos legislativos, as votações nominais em plenário, os projetos pautados na ordem do dia e em sessões extraordinárias, além dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões.

A Assembléia ainda firmará convênios que permitirão que instituições representativas da sociedade recebam uma senha para acompanhar e influir nos projetos de seu interesse.

Para o presidente da Assembléia Legislativa, Rodrigo Garcia, o novo portal na internet "é mais um passo para ampliar a transparência dos atos do Parlamento paulista, acelerando a participação da sociedade civil nos processos legislativos e administrativos".



Nova abertura do site www.al.sp.gov.br



Cofres comprometidos

Dívidas de precatórios podem culminar em pedidos de seqüestro de rendas e comprometer orçamento de municípios

POR RACHEL BONINO

Em fevereiro deste ano, as prefeituras de Piracicaba e de Itapuí levaram um susto. Empresas que têm dívidas em precatórios a receber conseguiram no Tribunal de Justiça liberação para sacar diretamente no caixa municipal quase todo o dinheiro que a cidade dispunha para pagar desde salários de servidores até a manutenção de postos de saúde. Nas ações judiciais, os advogados

dos credores solicitaram uma medida conhecida por seqüestro de rendas, que vem sendo concedido sucessivamente pela corte máxima do Estado. Caso idêntico ocorreu em Itapeva e Santo André, obrigando as prefeituras a recorreram ao STF (Supremo Tribunal Federal) para suspender o bloqueio.

O seqüestro de rendas é hoje uma ameaça real às prefeituras que estão em atraso crônico com

os precatórios, que são dívidas decorrentes de ações e processos que o município perdeu na Justiça em ações movidas por servidores (precatório alimentar) ou empresas prestadoras de serviços ou particulares (precatório não-alimentar). Os municípios paulistas devem hoje a impressionante cifra de R\$ 10,8 bilhões. Já o Estado de São Paulo deve outros R\$ 12,2 bilhões. Prefeitos que assumiram no come-

co desse ano foram surpreendidos com a fatura de administrações anteriores. "Estou respondendo por problemas deixados há mais de 20 anos. Assim não dá para cumprir o cronograma de trabalho planejado para o ano", reclama José Gilberto Saggioro, prefeito de Itapuí, que se viu obrigado a lidar com quatro seqüestros determinados pelo TJ-SP. Segundo o procurador geral do município, Rafael Ribeiro, a prefeitura expediu ao Supremo Tribunal Federal um pedido de liminar para obrigar o TJ a suspender um dos seqüestros referente a um precatório oriundo de desapropriação de terreno de 12 hectares, ocorrida na década de 80. Os credores conseguiram seqüestrar R\$ 477 mil. O orçamento mensal da cidade é de R\$ 600 mil. Os donos da propriedade cultivavam cana-de-açúcar e reivindicaram na ação lucros cessantes, ou seja, a renda que poderiam ter obtido ao longo dos anos caso mantivessem as terras. A prefeitura questionou os valores solicitados. No início de outubro, a cidade teve liminar acatada pelo STF que pediu ao TJ a devolução aos cofres públicos do valor seqüestrado. Em Piracicaba, o tribunal determinou dois seqüestros simultâneos, no valor total de R\$ 35 milhões. Há 15 anos, a prefeitura da época rompeu contrato de pavimentação com empresa de terraplenagem porque "o serviço não estava servindo a contento", segundo explicação do atual procurador-geral da cidade, Milton Sérgio Bissoli. Apoiada na emenda constitucional de número 30, a administração mu-

nicipal já havia pago três das 10 parcelas previstas anuais quando a empresa rompeu o acordo e entrou com o pedido de seqüestro para receber a totalidade da dívida. "No cofre da prefeitura não havia os R\$ 12 milhões pedidos, só R\$ 1,08 milhões, que foram seqüestrado", conta Bissoli. Neste primeiro caso, a prefeitura conseguiu reverter o bloqueio na justiça com um argumento inédito: a supremacia do bem público sobre o particular. O segundo caso ainda está tramitando e se refere a uma desapropriação do

prefeituras. Ele conta que a atual presidência do TJ tem expedido pedidos de seqüestro, por exemplo, para prefeituras que estão pagando uma porcentagem mínima do orçamento para todos os seus credores, em vez de pagar as parcelas completas da dívida e seguindo a ordem de pagamentos determinada pela Justiça. "Pagar a menor, para o Tribunal, não é pagamento. E aí cabe seqüestro. Para os tribunais superiores, apenas o não pagamento pode levar ao seqüestro", diz.

Quando os TJs deferem o seqüestro nesta situação, a prefeitura pode apelar diretamente ao Supremo por meio de um instrumento chamado Reclamação Constitucional, que solicita a suspensão do bloqueio por meio de liminar, como fez a prefeitura de Itapuí. Este também foi o recurso usado por Crocce, juntamente com a equipe jurídica da prefeitura de Santo André.

A argumentação, neste caso, foi alegar descumprimento daquilo que foi determinado na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.662, movida pelo Estado de São Paulo e julgada procedente pelo Supremo em 2001. Nesta ação, o Estado questionava uma regra do Tribunal Superior do Trabalho que equiparava à quebra da ordem cronológica alguns procedimentos no pagamento de precatórios. Pela norma do TST, se o ente público, por exemplo, pagasse um precatório em valor menor ou sem atualização, ficaria configurada quebra de ordem cronológica. Para o STF, esta interpretação não tinha validade.

Tribunal de Justiça de São Paulo está menos sensível às prefeituras

engenho central da cidade pela prefeitura, em 1989, e cujo pagamento do precatório foi esquecido pelas administrações que se seguiram. Para conseguir cumprir com os pagamentos de folha salarial e despesas básicas de Piracicaba deste ano e não entrar em colapso, a prefeitura teve de antecipar para fevereiro a cobrança do IPTU e tentar adiantar o recebimento do Estado das parcelas do IPVA.

Menos sensível

O advogado e professor de Direito Administrativo da PUC-SP Flávio Caetano Crocce avalia que o Tribunal de Justiça de São Paulo está hoje "muito menos sensível" às

Pois este mesmo argumento (pagamento a menor) vem sendo utilizado pelo TJ-SP para determinar os bloqueios. O que o advogado Flávio Crocce aponta então como possibilidade de estratégia jurídica é ajuizar uma ação diretamente no STF, alegando que o tribunal estadual está descumprindo o que ficou determinado na ADI 1.662.

Cuidados

Para não serem pegos de surpresa, municípios e Estados precisam prever em seus orçamentos verba destinada para pagamento de precatórios. "Historicamente o poder público não tem conseguido pagar o valor dos precatórios. Isso vai formando uma massa muito grande de dívidas", explica Crocce. O Congresso alterou a Constituição Federal em sucessivas oportunidades para que os administradores públicos quitasse suas dívidas por meio de parcelamentos. "Mas a solução de ficar concebendo moratórias atrás de moratórias não tem resolvido", analisa Crocce. O presidente do STF, ministro

Nelson Jobim, aponta a excessiva vinculação de receitas e os altos gastos com a folha de pagamento de servidores como as principais causas do alto endividamento dos municípios. "Os compromissos não deixam margem para outras despesas, sejam elas de investimentos ou mesmo pagamento dos preca-

teriores e o excessivo comprometimento da receita municipal muitas vezes deixa os prefeitos na situação de dizer o conhecido "pago quando puder". Para o ouvido dos credores, a expressão desbaratina.

Sob o argumento de que a destinação de mais verbas ao pagamento de precatórios poderia comprometer atividades essenciais, como educação e coleta de lixo, as dívidas crescem, e a insatisfação do outro lado aumenta: "O poder público, como qualquer pessoa física ou jurídica, precisa vender seus bens ociosos, emagrecer, ser mais eficiente, ter uma conversa séria com os credores e acertar um plano de pagamento", critica Flávio José Brando, presidente da Comissão de Precatórios da OAB de São Paulo. "Ninguém quer a falência do poder público, a impossibilidade de cumprimento de suas funções básicas, mas seriedade e objetividade na administração do problema. Os estados e municípios estão sufocados por dívidas e cobranças impiedosas do governo

Reclamação Constitucional é instrumento pouco usado por prefeituras

tórios. Há casos em que as despesas vinculadas ultrapassam 100% da receita", analisa Jobim, que vem apresentando nova proposta para que as prefeituras regularizem o pagamento de precatórios (*leia entrevista na página seguinte*).

Devo, não nego

Os problemas herdados de gestões

A situação do Estado de São Paulo

Com uma dívida ultrapassando os R\$ 12 bilhões, o governo estadual adota desde 1995 medidas para diminuir esse passivo. "Com a estabilização da moeda, todos os viores devidos nos exercícios passados se acumularam, quadro agravado pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000, que determinou a atualização dos pagamentos até a data de sua efetiva realização", contextualiza José do Carmo Mendes Junior, procurador geral-adjunto do Estado. Ele conta que, nos últimos exercícios orçamentários, "mais de R\$ 1 bilhão/ano foram desti-

nados ao pagamento de precatórios; foram quitados todos os precatórios considerados de pequeno valor — até R\$ 15 mil —; e as parcelas dos precatórios de natureza não alimentar têm sido pagas regularmente nos termos do artigo 78 do ADT (parcelamento em 10 anos)"

Até o mês de maio de 2004, foram deferidos oito pedidos de sequestro ao Estado. Destes, apenas dois (de maior valor) foram barrados na justiça por força de medidas pela Procuradoria Geral do estado no Supremo. "Em outros dois,

medidas adotadas no próprio judiciário paulista impediram o levantamento do valor depositado em consequência do sequestro", explica Mendes.

Dentre as fontes de recursos para pagamento dos precatórios, o procurador destaca os previstos pela própria peça orçamentária; recursos recebidos por meio da chamada Lei Madeira — receita média de R\$ 5 milhões —, e rubrica específica para pagamento das "obrigações de pequeno valor", dívidas que são pagas até 90 dias após a requisição judicial.

federal, e uma solução prática e simples seria estados e municípios abaterem mês a mês de seus pagamentos à União o valor dos precatórios efetivamente pagos", sugere o advogado.

A Comissão de Precatórios defende o pagamento de precatórios por meio de depósitos judiciais. "Com a morosidade da Justiça, existe uma verdadeira fortuna em depósitos judiciais pendentes e parados. Muitos estados e municípios pelo Brasil aprovaram legislação que permite a utilização total ou parcial desses fundos especificamente para pagamento de precatórios, em especial alimentares", conta. Brando lembra que o uso de depósitos e extrajudiciais tem sustentação na Lei 10.482/2002, mas "que não vem sendo aplicada conforme sua finalidade: quitar estoques de precatórios inadimplentes". E o problema se arrasta há décadas. Os detentores de precatórios – servidores que tiveram que buscar na Justiça o pagamento de direitos trabalhistas, fornecedores que tiveram cancelados os contratos, donos de terrenos desapropriados que receberam indenizações injustas – já se conformam com a demora no recebimento. Já as prefeituras alegam que não podem comprometer o orçamento e paralisar o município por causa de erros de administrações passadas. Diante do impasse, algumas propostas, entre elas a que foi apresentada recentemente pelo ministro Nelson Jobim, permitem enxergar uma solução para que os prefeitos possam liquidar de vez com essa fatura histórica.

Dívidas em leilão

Pela nova proposta do ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal, municípios e estados deverão criar espécie de fundo para pagamento de precatórios, para o qual as instâncias destinarão um porcentual fixo de sua receita – 3% para estados e 2% para prefeituras. Esse total de recursos será levado para leilão público de compra de precatórios. Com 70% do valor do fundo, o poder público pagará a dívida para quem oferecer o maior deságio, que é desconto sobre o valor da face. Os 30% restantes pagarão precatórios dos credores que não quiserem participar dos leilões. Na entrevista a seguir, Jobim comenta a nova proposta:

A nova proposta que vem sendo apresentada pelo Sr. dos prefeitos e governadores prevê a realização de leilões, nos quais o poder público irá comprar precatórios com maior deságio. Municípios e estados irão economizar com leilões?

Na grande maioria dos casos os estados e municípios vão economizar. O que ocorre é que os deságios hoje existentes se dão no chamado mercado secundário. Quem tem os precatórios vende para instituição financeira, escritório de advocacia ou outro interessado e esse comprador é que está usufruindo de descontos que chegam até a 70% do valor original do precatório. Mas é importante dizer que a nossa proposta é de adesão voluntária. Ou seja, tanto o município como o credor poderão ou não aceitar o deságio do leilão; o município poderá aceitar ou não a proposta e o credor por seu lado é quem dirá o preço ao qual está disposto a vender.

A proposta elimina a ordem cronológica de pagamento e a preferência pelos precatórios alimentares. Em que medida esses aspectos favorecem o processo no todo?

A proposta é de pagamento por ordem crescente dos valores de precatórios, o que favorece os alimentares que, na maioria, têm menores valores. Além de ser uma vantagem sob o aspecto social, elimina a paralisação da fila. Quando os primeiros precatórios a serem pagos são de valores muito grandes e os tesouros (estadual ou municipal) não têm recursos suficientes para quitá-los, o pagamento fica parado.

Além disso, ao privilegiar os de menor valor, a proposta elimina a possibilidade de que estes precatórios tenham que participar do leilão. É importante lembrar que na maioria dos estados os 30% que serão destinados a fila representam mais do que o pagamento que vem sendo feito atualmente. E o direito de precedência não poderá ser arguido, porque a mudança virá por meio de emenda constitucional.

O novo projeto prevê que os estoques de dívidas de precatórios sejam liquidados em quanto tempo?

Na maioria dos estados é possível se pensar em uma liquidação do estoque de dívidas num período de até cinco anos.

Enquanto a proposta não é apresentada ao Legislativo, que ação o senhor recomenda às prefeituras ameaçadas por pedidos de seqüestros?

Que ajudem na construção deste projeto para que tenhamos um equacionamento o mais rápido possível dessa situação.



FOTOS: DILMARA GARCIA/TEATRO DE TÁBUAS

Cena de "O Flautista Mágico", peça incluída no circuito Estradafora

POR MARCELA SOUZA

O primeiro a chegar é o caminhão-baú, seguido por um trailer e pelo ônibus que vem logo atrás. Devidamente instalados em um terreno público da cidade, é hora de montar a parafernália toda. Trabalho para quinze pessoas. O palco surge em cima da carreta do caminhão. Um motor enche de ar a tenda azul inflável que vai acomodar os 300 espectadores do dia. Cadeiras, holofotes e ar-condicionado completam o cenário. E começa mais uma apresentação itinerante do Teatro de Tábuas. A organização não-governamental que hoje mostra estrutura grandiosa em suas viagens pelo interior de São

A arte de pregar tábua e idéias

ONG do interior paulista usa teatro e criatividade para educar jovens e professores do ensino municipal

Paulo é bem diferente daquela do início de carreira. Quando surgiu, há seis anos, o Teatro de Tábuas era um espaço para apresentações com recursos bem modestos.

Ao fundar o Teatro de Tábuas em São João da Boa Vista, município da região de Campinas, o ator e diretor teatral Jorge Luís Braz teve que deixar o lado artístico em segundo plano para literalmente

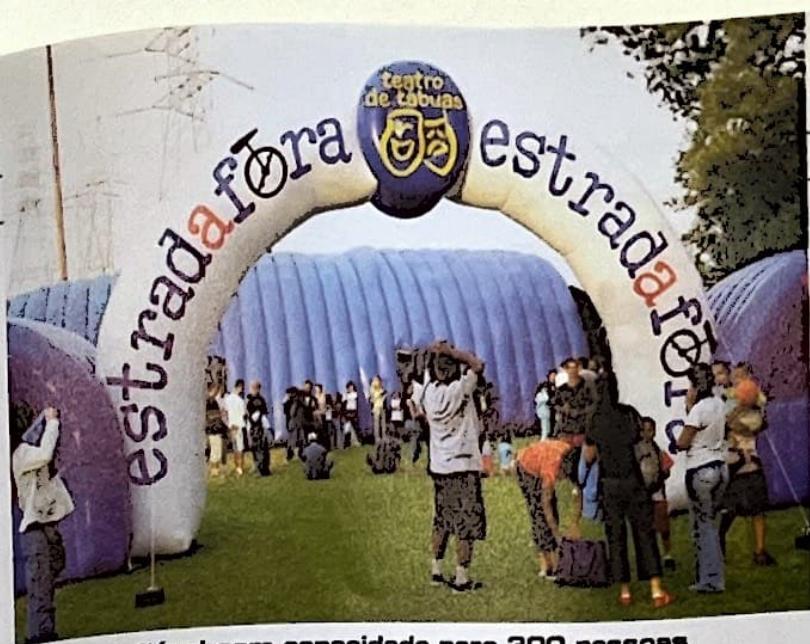
apresentação, em 1999, com a peça "Em busca do desejo". Os espectadores eram apenas seis pessoas conhecidas dos atores.

Além da transferência da sede para a cidade de Campinas, o alcance da ONG mudou muito de lá para cá. Além dos espetáculos itinerantes – já foram mais de mil apresentações –, o Teatro de Tábuas oferece ainda outros tipos de parcerias culturais às prefeituras, como ações pontuais – peças teatrais, oficinas de arte ou capacitação de educadores locais – ou um pacote de atividades, o Projeto de Gestão Cultural. Esse projeto passa por audiências públicas e, se aprovado, é firmado um convênio com o município.

A secretaria de Estado de Cultura fechou parceria com a ONG no começo de outubro para a realização de apresentações teatrais e de filmes em 50 municípios com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e que não possuem estruturas para cultura. A iniciativa foi incluída na programação do projeto estadual Todos os Cantos. "Além dessas, mais 38 cidades vizinhas também participarão dos espetáculos", explica o diretor da ONG.

Projeto de gestão cultural visa implantar políticas públicas nas cidades

colocar o projeto em pé. Tábuas de madeira, pregos, tintas e muita disposição foram necessários para que uma antiga fábrica de vassouras se transformasse em um pequeno palco e uma arquibancada. A escolha dos atores foi feita por meio de um anúncio no jornal da cidade, convocando os interessados para testes de interpretação. Após aulas de voz, expressão corporal e atuação, o grupo fez sua primeira



Teatro inflável com capacidade para 300 pessoas

Projeto

Dividido em quatro partes, o Projeto de Gestão Cultural visa implantar políticas públicas culturais nas cidades parceiras. Durante quatro anos, estudantes e educadores da rede municipal de ensino participam dos programas Arte Paratodos, Circuito Estradafora, Oficinas Culturais e Congresso de Arte e Educação (leia quadro). "Estas iniciativas buscam formar um público teatral, apresentar a dança, música e teatro aos alunos, além de preparar os professores para educar através da arte", explica o diretor teatral Jorge Luís Braz.

Projeto de Gestão Cultural

• Arte Paratodos

Visa a formação de público com apresentações teatrais mensais

• Oficinas Culturais

Oferecem música, artes plásticas, dança e teatro para os estudantes

• Circuito Estradafora

Produz peças itinerantes realizadas dentro do teatro inflável

• Congresso de Arte e Educação

Evento anual com oficinas e palestras para educadores

www.teatrodetabuas.com.br

Entre 2001 e 2004, participaram do Projeto de Gestão Cultural as prefeituras de Santa Cruz das Palmeiras, Santo Antônio do Jardim, Tapiratiba e São João da Boa Vista. Para os próximos quatro anos, o projeto será levado até Paraibuna, no Vale do Paraíba, e para outros quatro municípios, que estão em fase final de negociações.

De acordo com Jorge Luís, o valor do Projeto de Gestão Cultural varia conforme o tamanho do município e a infra-estrutura disponível. Em troca, a ONG se responsabiliza pela construção, em terreno público, de um teatro para a cidade parceira. Foi assim que surgiu, em 2004, o primeiro espaço para espetáculos de Santa Cruz das Palmeiras.

Já as atividades pontuais são uma alternativa para as prefeituras que não têm a intenção de investir durante quatro anos em um mesmo projeto. Neste caso, a ONG oferece os quatro programas do Projeto de Gestão Cultural separadamente. Mais de quarenta cidades de São Paulo e Minas Gerais já optaram por esse tipo de convênio.

O Teatro de Tábuas também realiza anualmente o Congresso de Arte e Educação, voltado para professores e estudantes. Os interessados em participar não precisam, necessariamente, fazer parte das cidades onde há o projeto de gestão cultural. Durante as palestras, oficinas e discussões, os participantes refletem sobre a importância da arte no dia-a-dia e como educar utilizando a arte. "O contato mais próximo com a arte também tem ajudado estudantes e professores a descobrirem habilidades, trabalharem expressão corporal e se sentirem mais confiantes ao falarem em público", afirma o diretor. Formar atores e uma platéia teatral também estão entre as prioridades da ONG, que possui até uma revista mensal voltada a esse público, a *Contra-Regra*.

Após seis anos de trabalho, o Teatro de Tábuas ainda enfrenta vários desafios. Ao invés de batalhar para erguer um palco, hoje a principal dificuldade da ONG é construir uma mentalidade cultural nos municípios. "Se as pessoas nunca tiverem acesso, fica difícil saber o quanto elas gostam ou não de arte", afirma Jorge Luís.



Estudantes participam da oficina de criação de bonecos

Caixa em dia

É momento de conferir a execução orçamentária dos oito primeiros meses de 2005 para corrigir eventuais distorções

Os Tribunais de Contas, em larga maioria, têm sido inflexíveis quanto a certas falhas que consideram como “pecados capitais” e que levam, inexoravelmente, à emissão de parecer de irregularidade das contas que, considerado o quorum qualificado – dois terços dos vereadores – dificilmente seria revertido pela Câmara Municipal. Assim, até o final do exercício, as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino devem atingir os patamares mínimos constitucionais: 25% no total sendo, no mínimo, 15% no ensino fundamental, além da aplicação obrigatória de 60% dos recursos recebidos do Fundef na valorização do magistério. Oportuno lembrar, ainda, que os empenhos inscritos em restos a pagar, liquidados ou não, somente serão considerados se até 10 de janeiro de 2006 houver disponibilidade financeira, na conta vinculada da educação, suficiente para pagá-los. Em relação às despesas com ações e serviços de saúde, o mínimo constitucional obrigatório é 15%, valendo, em relação aos empenhos inscritos em restos a pagar, a mesma regra de disponibilidade financeira agora no Fundo Municipal da Saúde. Outras despesas que conduzem à irregularidade das contas são aquelas com pessoal, como tal

definidas no artigo 18 “caput” da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não podem comprometer, no exercício, mais do que 54% da receita corrente líquida. Da mesma forma, o equilíbrio orçamentário: os Tribunais de Contas não aceitam déficit orçamentário superior a 9% e, muito menos, empenhos liquidados inscritos em restos a pagar sem disponibilidade de caixa.

**Dificilmente
pareceres de
irregularidades
dos TCEs são
revertidos**

Além disso, a inadimplência no recolhimento dos encargos sociais (previdência social: regime geral ou próprio), principalmente em relação às parcelas descontadas do servidor e/ou empregado público, também tem conduzido, mesmo isoladamente, à rejeição das contas, não bastando providências saneadoras *a posteriori*, como, por exemplo, parcelamento formalizado no exercício subsequente. Na mesma trilha, é bom acautelar-se com certas irregularidades que, muito embora isoladamente, não tenham força suficiente para

macular a totalidade das contas, em conjunto podem significar sua rejeição. Por esta razão, não é de mais verificar o comportamento da cobrança da dívida ativa, às vezes precária e até comprometedora – tenho constatado diversos casos de prescrição por omissão do poder público – e, também, as licitações e contratos, redobrando-se cuidados com as contratações emergenciais – às vezes decorrentes de planejamento ineficiente – e com os fracionamentos, ou seja, sucessivas compras diretas ou convites com a mesma finalidade ou para o mesmo objeto. Ao fim e ao cabo um alerta: o repasse a menor dos duodécimos da “receita” orçamentária pertencente ao Poder Legislativo é crime de responsabilidade, capitulado no artigo 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil.



Antonio Sergio Baptista é advogado especialista em Direito Público; diretor-presidente da ASB – Advogados Associados e do Instituto BrasilCidade; e presidente do Conselho Técnico-Multidisciplinar da APM

Canal direto com o Estado

Conselho Consultivo da APM reunirá reivindicações regionais

Durante encontro que reuniu representantes de 16 entidades regionais de municípios, a Associação Paulista de Municípios anunciou a formação do seu Conselho Consultivo. O presidente Celso Giglio explicou aos presentes que o conselho terá uma atuação ativa para unir Estado e entidades: "De dois em dois meses, a diretoria da APM se reúne com o governador Geraldo Alckmin. Por isso, queremos convidá-los a participar de encontros freqüentes, para recolhermos as reivindicações municipais e levá-

las até o governador." Entre os temas levantados pelos representantes e que irão compor a pauta da próxima reunião no Palácio dos Bandeirantes estão: aumento da produção da Furp; mudanças no critério de financiamento do BNDES; isenção do ICMS na aquisição de máquinas e de energia elétrica; distribuição do transporte escolar; investimentos nas patrulhas rurais e critérios de cobrança para recursos da água.

Representantes durante encontro na APM

REINALDO VAZ

"Essa mobilização promoverá a revitalização do movimento municipalista", explicou Giglio. mp



ADVOGADOS ASSOCIADOS

TEL.: 11 5505 4011

11 4912 3812

WWW.ASBADVOGADOS.COM.BR

ASSESSORIA E CONSULTORIA PREVENTIVA – PARECERES TÉCNICOS

DEFESA E SUSTENTAÇÃO JURÍDICA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS

DEFESA EM AÇÕES CIVÍS PÚBLICAS POPULARES E MANDADOS DE SEGURANÇA

Inclusão ao conhecimento

Nova seção da revista tira dúvidas na área jurídica

Dúvidas sobre legislação, encargos sociais, licitações e outras práticas da administração municipal sempre rondam as mentes dos gestores do poder executivo. Atenta a essa demanda por conhecimento, a *Municípios de São Paulo* estréia a seção *APM responde*. Os questionamentos formulados por prefeituras, câmaras, técnicos e demais entidades que chegaram à equipe jurídica da Associação terão as respostas publicadas neste espaço. A idéia é que as informações atinjam mais gestores, que porventura tenham as mesmas dúvidas, ou aqueles que se interessem pelas diversas áreas da administração municipal. Encaminhe suas dúvidas para o e-mail juridico@apaulista.org.br ou pelo telefone (11) 2165-9954. Participe!

ILUSTRAÇÕES: EVANDRO RODRIGUES



Os valores das despesas com inativos, obrigações patronais (encargos sociais), vale-refeição, vale-transporte e férias indenizadas podem ser excluídos do total de despesas com pessoal das câmaras municipais?
As despesas com inativos, tanto quanto as obrigações patronais, não devem ser consideradas como “despesas com pessoal” e, portanto, não são alcançadas pelo limite constitucional. No entanto e de forma diversa, as demais despesas listadas na consulta devem ser consideradas no total de despesas com pessoal.

A prefeitura pode levar a protesto Certidão de Dívida Ativa – CDA?

Apesar da inexistência de qualquer obstáculo legal, as tentativas de levar a protesto as CDAs têm se mostrado infrutíferas em face de torrencial volume de decisões

judiciais, em sede de antecipação de tutela, sempre no mesmo sentido: as CDAs não têm as características de título cambial e, portanto, não guardam a liquidez e certeza exigidas para serem levadas a protesto.

É ilegal o aditamento do objeto contratual em 25% ou 50%, no caso de reforma, que apesar de permitido pela lei de licitações, provoque um aumento de valor contratual que supere o valor limite da modalidade escolhida na licitação?

Não. A modalidade de licitação que a administração pretende adotar é escolhida em função do valor estimado da futura contratação. Ora, quando se inicia um procedimento licitatório não há que se falar, a priori, em aditamento ao objeto.

Servidores municipais ocupantes de cargo em comissão têm direito à percepção de horas extras?

Sim. As horas excedentes à jornada normal de trabalho devem ser remuneradas, pois, nos termos do artigo 39, parágrafo 3º combinado com o artigo 7º da Constituição Federal, é garantido aos servidores públicos, mesmo que ocupantes de cargos em comissão, o direito à remuneração do serviço prestado extraordinariamente e com acréscimo.



As respostas às perguntas formuladas por órgãos municipais são de responsabilidade das equipes técnicas da Associação Paulista de Municípios e da ASB – Advogados Associados, sob coordenação do Dr. Antonio Sergio Baptista, advogado, especialista em Direito Público.

O governador caipira

PAULO GUIMARÃES



Quando governador, Laudo Natel promoveu a interiorização

Em seu escritório no centro de São Paulo, o ex-governador de São Paulo, Laudo Natel, dedilha um cartaz já amarelecido, pendurado na parede da entrada. Ali, estão as assinaturas de prefeitos paulistas – algumas já apagadas pelo tempo – que oficializaram, em 1972, o título que ele carregou com orgulho: o de “Governador Caipira”. A homenagem aconteceu no Congresso Estadual de Municípios daquele ano, realizado na cidade de Itanhaém. “Por ser um homem com sotaque do interior eu era tido como o governador caipira”, explica.

Mas não foi só o sotaque da cidade de origem, São Manuel, que garantiu a ele o diploma. Durante seu mandato no Estado (1971 a 1975), Natel promoveu um programa de interiorização do desenvolvimento, uma das marcas do seu governo. “Achava que deveríamos encontrar as vocações de cada região para promover seu

crescimento. Além disso, criamos um Balcão de Projetos, pelo qual passaram mais de seis mil indústrias em busca do interior”, conta. No currículo de governador, Natel também viabilizou outros projetos importantes para o Estado, como a inauguração da primeira linha do metrô e a construção do Estádio do Morumbi. Antes da carreira política, ele trabalhou por anos no banco Bradesco, instituição para a qual ainda presta assessorias ocasionais.

Aos 84 anos, o ex-governador também pode se orgulhar de outro título, o de mais assíduo freqüentador de congressos. Desde 1962, quando foi eleito vice na eleição que consagrou Ademar de Barros como governador do Estado de São Paulo, Natel adquiriu o hábito de participar dos encontros da APM. As andanças pelos congressos garantiram a ele “o raro privilégio de conhecer todos os municípios”, como o próprio acen-

Laudo Natel lembra-se com orgulho do título recebido no congresso da APM de 1972, realizado na cidade de Itanhaém

tua. “O encontro entre governador e prefeitos era muito salutar porque quebrava o gelo, e aproximava as lideranças”, diz.

Ocupando um cargo eletivo ou não, ele sempre fez questão de visitar seus pares municipalistas nos encontros da APM. “Como governador, eu pude usufruir de muitas das idéias que foram defendidas nos congressos. Encontros, aliás, que sempre foram instrumentos de aperfeiçoamento da administração municipal. Troquei muitas idéias com os homens que dirigiam os municípios naquela época”, lembra.

Hoje, as visitas aos encontros municipalistas são mais breves. Mas igualmente aguardadas: “Até hoje, encontro políticos que atuaram na minha época e que ainda estão na carreira política”, lembra. Difícil para ele parar de freqüentar as plenárias e deixar a cena política: “Sou um municipalista convicto.”

Esta coluna resgata figuras importantes da cena política que participaram da história do Congresso Estadual de Municípios. Em 2006, o evento promovido pela Associação Paulista de Municípios estará na sua 50ª edição.

mp

Empresas na mira do interior



Para atrair o capital, prefeituras investem em infra-estrutura, cultura empreendedora e nível educacional alto

POR RICARDO MUNIZ

Não existe mágica para o desenvolvimento. Sem investimento não há geração de empregos, expansão econômica e melhoria do bem-estar da população. O enigma que repousa sobre a mesa dos prefeitos é, então, como atrair empresas dispostas a fincar raízes e injetar o melhor tipo possível de capital – o produtivo.

O ano de 2005 trouxe boas notícias nessa área para uma série de cidades paulistas. Em Piracicaba, a coreana C.J. Corporation decidiu aplicar cerca de R\$ 250 milhões em uma fábrica de aminoácidos que vai entrar em operação a partir de 2007, gerando 200 vagas de trabalho. Até 2015, o total investido será de US\$ 500 milhões com 2.000 empregos diretos criados. Também no ramo de alimentos, a Ajinomoto anunciou um aporte de R\$ 215 milhões para expandir sua capacidade em Pederneiras.

Com crescimento impulsionado pela recuperação da massa salarial, um processo favorecido pelo rígido controle inflacionário, o segmento de alimentos procura ampliar a infraestrutura, de olho na revitalização do poder de compra do chamado consumo popular.

Nesse contexto, a Nestlé elegeu Araçatuba como sede para um projeto orçado entre R\$ 100 e 120 milhões, lançado em março deste ano e em plena operação a partir do segundo semestre de 2006. A nova fábrica, construída na área anexa a uma unidade existente desde 1963, irá produzir cerca de 30 mil toneladas anuais de alimentos da linha infantil. Serão gerados 500 empregos diretos.

Inauguração da Nova Fábrica de Celulares da LG Brasil

19 de Julho de 2005



RICARDO STUCKERT/ABR

Lula e Alckmin participam de inauguração da LG, em Taubaté

O prefeito de Araçatuba, Jorge Maluly Netto, comemora o efeito imediato desse investimento para os cofres municipais. O município vai simplesmente dobrar a arrecadação tributária, hoje de 85 milhões de reais anuais.

Tantos benefícios não caem do céu.

prática como os sucessos e desventuras da diplomacia comercial implantada pelo Itamaraty – além dos altos e baixos da economia mundial – afetam o cotidiano dos municípios. “O setor sucroalcooleiro está explodindo por causa da alta da cotação do petróleo e da quebra do subsídio ao açúcar de beterraba europeu, determinada pela Organização Mundial do Comércio”, explica Maluly.

Concretamente, isso implicou na chegada de 30 novas usinas de álcool à região, transformando a cidade em novo centro produtor. “Araçatuba está se transformando em novo pólo sucroalcooleiro, junto com Ribeirão Preto e Piracicaba”, celebra o prefeito.

Evidente que a prefeitura faz sua parte. “Colaboramos com áreas doadas, uma taxa mínima de Imposto sobre Serviços (ISS) e obras gratuitas de terraplanagem”, diz Jorge Maluly.

Passado e presente

É justamente a abundância de Pin-

**Com a chegada
da Nestlé,
Araçatuba
duplicará
arrecadação**

“Somos o centro geográfico de todo o oeste do Estado, com uma malha rodoviária privilegiada, uma ferrovia que vai até a Bolívia e um porto hidroviário que recebe 200 caminhões por dia e nos liga até o Paraná por hidrovia”, enumera o prefeito.

Há outros fatores que passam bem longe de Araçatuba e revelam na

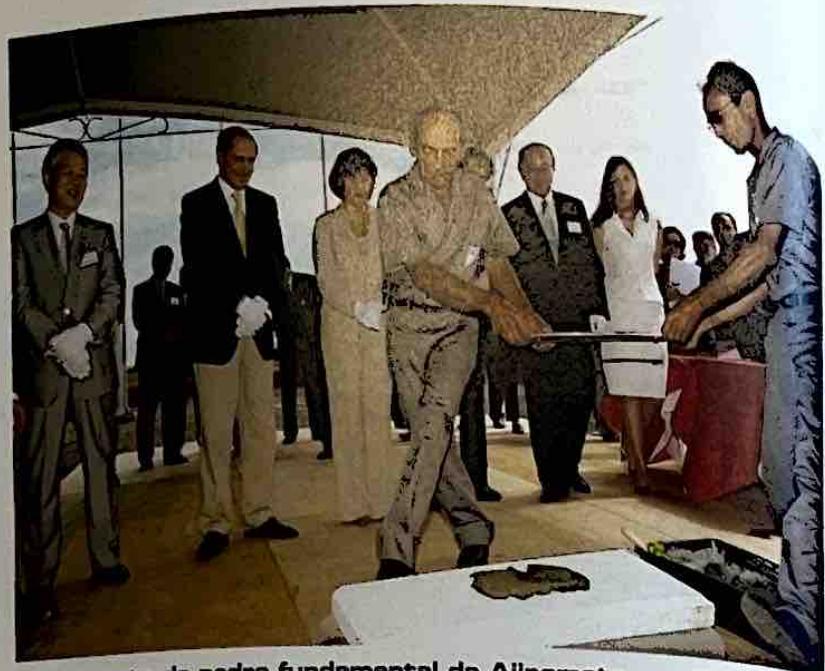
damonhangaba em áreas rurais disponíveis que tem facilitado a atração de projetos industriais. "Oferecemos às empresas interessadas áreas totalmente planas e a prefeitura prepara toda a infra-estrutura", explica Álvaro Staut Neto, diretor de Indústria, Comércio e Serviços do município.

Esse legado do passado agrícola de Pindamonhangaba acabou potencializando a instalação de nada menos que 324 indústrias, das quais 86 são de grande e médio porte. A localização, mais uma vez, tem um peso fundamental. "Estamos localizados no principal eixo Rio/São Paulo/Minas Gerais", diz Staut.

Tais fatores seduziram a Polibrasil, fabricante peso-pesado de polipropileno, insumo usado pela indústria automotiva. A companhia investe R\$ 45 milhões em um unidade que poderá fornecer até 35 mil toneladas anuais de compostos de polipropileno. A Polibrasil é resultado de uma associação entre a Suzano Petroquímica e a Basell Polyo lefins (parceria entre a Basf e a Shell).

A cidade tem atraído outros empreendimentos, de várias nacionalidades. A lista inclui empresas como as italianas Givi, de acessórios e equipamentos para motos, e BI Mac, de equipamentos eletrônicos; a colombiana Brasbar, de copos; e a argentina Astori, de estruturas pré-fabricadas de concreto armado.

A agricultura, evidentemente, não foi abandonada, mas a face que mais avança é aquela estreitamente ligada à tecnologia. Pindamo-



Lançamento da pedra fundamental da Ajinomoto, em Pedreira

nhangaba está nas etapas finais de negociação para viabilizar a instalação de uma usina de processamento de óleo de mamona, que pode ser empregado como biodiesel. A expectativa é que sejam criados nada menos que quatro mil empregos na zona rural.

te direcionados para moradores do município. "Essa política nos faz ter um índice de desemprego bem abaixo dos níveis do próprio Estado", diz Staut, que acumula o cargo de presidente da Comissão Municipal de Emprego.

Pacote completo

Porto para investimentos espanhóis, portugueses, coreanos, americanos, ingleses, alemães e franceses, Taubaté invoca o *status* de uma das regiões mais privilegiadas do Brasil como fator decisivo para que grandes empresas a escolham como base de operações. Para reforçar, segue o receituário da doação de áreas em seis distritos industriais com infra-estrutura completa e acesso pavimentado.

O programa de desenvolvimento econômico da cidade já tem 20 anos e abrange incentivos fiscais como a isenção total do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e dispensa parcial do ISS.

**Pindamonhangaba
seduz empresas
oferecendo
terrenos planos
na área rural**

Mais uma vez, o impacto na receita tributária municipal é notável. A arrecadação saltou 46%, de R\$ 41 milhões em 2003 para R\$ 60 milhões estimados para 2005. A gestão pública também adota como princípio no trato dos novos projetos que os empregos gerados sejam preferencialmen-



O resultado: além de abrigar as atividades de empresas como Ford, Volkswagen e Usiminas, a cidade recebeu aproximadamente R\$ 100 milhões em investimentos da LG Electronics, destinados à ampliação da produção de celulares e equipamentos eletrônicos.

“Os investimentos gerados através do Programa de Expansão Industrial de Taubaté têm contribuído de maneira extraordinária para a arrecadação e geração de empregos para a população local”, diz Alexandre de Paula Danelli, diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento de Taubaté. O próximo passo, explica, é criar núcleos específicos para empresas alimentícias, de eletro-eletrônicos, de alta tecnologia e do setor aeronáutico.

Guerra fiscal

Não há investimentos sobrando para todos os municípios paulistas. O resultado, claro, é competição. “Existe sim uma concorrência

muito grande e uma disputa acirrada pelas empresas, porém nada canibalesco”, afirma Staut, de Pindamonhangaba. Segundo ele, a cidade oferece praticamente as mesmas vantagens que as correntes, e busca diferenciar-se pela oferta de áreas planas, pelo parque industrial diversificado e por atendimento e acompanhamento dos projetos.

Nem sempre o jogo é tão civilizado assim. Bem o oposto disso, pode descambiar para a irracionalidade das chamadas guerras

da arrecadação em outras áreas. Mas projetos de planejamento tributário para atração de investimentos ainda não são a regra, alerta Marques.

“Piracicaba não entra em guerra fiscal”, assegura Luciano Santos Tavares de Almeida, secretário da Indústria e do Comércio do município. “Nossa cidade tem se diferenciado pela qualificação da mão-de-obra e pela cultura internacional, e por isso não precisa abrir mão da arrecadação”, diz Almeida. De fato, o município abriga grandes centros de educação e pesquisa, como USP, Unesp e Universidade Metodista. E a chegada da C.J. Corporation causou efeitos colaterais mais do que benignos. “A instalação da fábrica foi bastante divulgada no Japão, além da Coréia, despertando interesse de vários empresários asiáticos por Piracicaba.”

No final das contas, as experiências em atração de investimentos produtivos deixam lições valiosas para os gestores públicos. Benesses fiscais podem ser um bom atrativo imediato para empresas em busca de pechinchas, mas limitar-se a elas é um erro fatal — pelo tipo de empresário que acaba fangan- do. O que fixa o bom capital no interior são elementos estratégicos como infra-estrutura adequada, cultura empreendedora e nível educacional alto.

Jurista alerta prefeitos para ansiedade que enseja guerra fiscal

fiscais. “Olhando para o cenário como um todo, a perspectiva é de absoluto descontrole”, lamenta Floriano de Azevedo Marques, jurista especializado em Direito Público. “Os governantes olham para o impacto que o anúncio do investimento terá, e fazem praticamente qualquer negócio.” Para fazer as coisas direito, a única perspectiva que pode justificar a redução de alíquotas são estudos detalhados indicando aumento



Presidente da Nestlé, Ivan Zurita, e prefeito Maluly, de Araçatuba

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE ARAÇATUBA

Desenvolvimento

Uma pesquisa recente do Sebrae aponta que 56% das micro, pequenas e médias empresas brasileiras fecham as portas antes de completarem o terceiro ano de vida. As razões para o fracasso desses novos negócios são muitas: falta de conhecimento do mercado, carga tributária elevada, ou mesmo ausência de investimento em profissionalização.

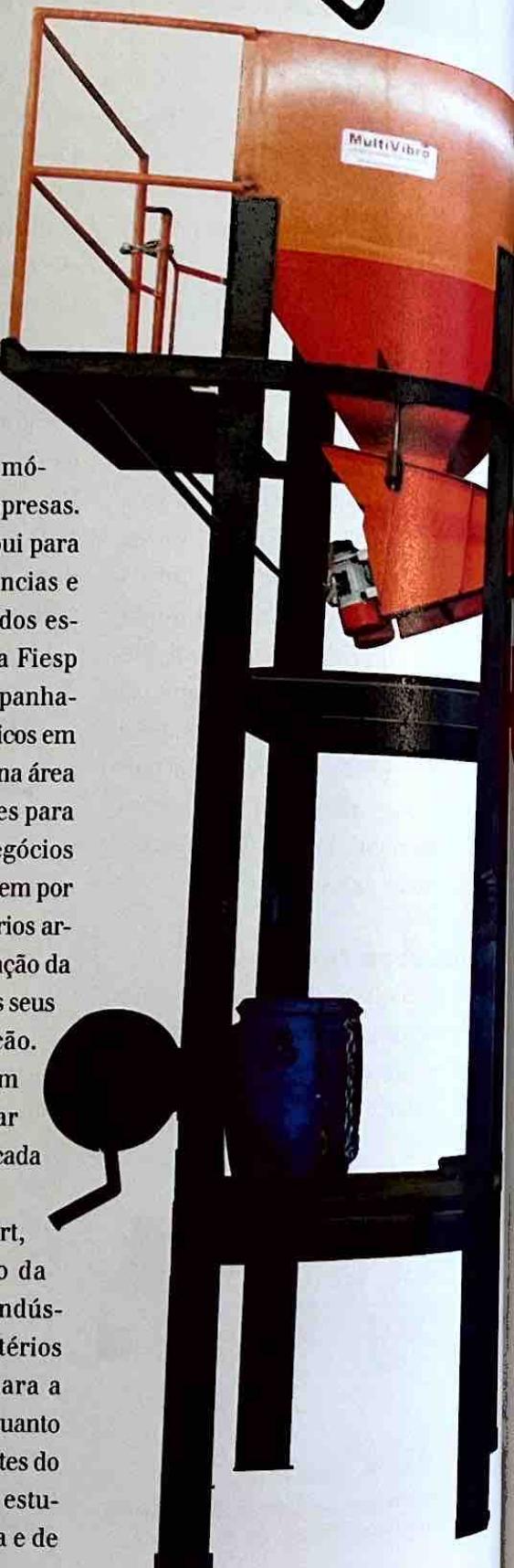
Uma alternativa para reverter esse quadro é o programa Incubadora de Empresas, desenvolvido pela Fiesp em parceria com o Sebrae e prefeituras do Estado de São Paulo. Há quinze anos, o projeto apóia empreendedores no interior paulista e registra taxa de mortalidade das empresas participantes de apenas 17% nos dois primeiros anos de negócios.

O programa consiste na instalação de uma incubadora – espécie de galpão – no município parceiro. O local, cedido pela prefeitura, é dividido em boxes, que serão ocupados por empresários escolhidos em um processo de seleção municipal. Se aprovadas, as empresas transferem tanto a sede administrativa quanto a linha de produção para o espaço. Lá, passam a receber apoio e assistência técnica durante a fase de amadu-

recimento do empreendimento – o que leva cerca de dois anos. A incubadora é dividida em uma grande área comum – com salas de reuniões, recepção e coordenadoria –, além dos módulos ocupados pelas empresas. Essa proximidade contribui para o intercâmbio de experiências e facilita a movimentação dos especialistas indicados pela Fiesp e responsáveis pelo acompanhamento das atividades. Técnicos em gerenciamento, finanças e na área jurídica oferecem sugestões para o desenvolvimento dos negócios sem que os incubados paguem por esses serviços. Os empresários arcam apenas com a manutenção da área comum e, claro, com os seus próprios custos de produção.

A Fiesp ainda seleciona um coordenador para gerenciar e resolver os problemas de cada incubadora.

Segundo Carlos Bittencourt, diretor do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria (DEMPI/Fiesp), há critérios pré-estabelecidos tanto para a instalação das incubadoras quanto para a escolha dos participantes do programa. “A Fiesp faz um estudo da viabilidade econômica e de



Projeto da Fiesp em parceria com prefeituras capacita empreendedores do interior e ensina vida longa nos negócios

POR MARCELA SOUZA

infra-estrutura do município para saber se ele comporta o projeto. O comprometimento e o número de empreendedores interessados também são fundamentais, já que é preciso dedicação integral ao negócio", afirma.

Além disso, é preciso que a empresa esteja devidamente regulamentada, não polua o meio ambiente e desenvolva uma atividade produtiva de acordo com a vocação econômica do município. Por isso mesmo, as incubadoras são divididas em tradicionais ou mistas e de alta tecnologia, dependendo da demanda da região.

A primeira incubadora surgiu em 1991, na cidade de Itu. Atualmente, 27 funcionam em todo o Estado. Juntas, elas agregam mais de 250 micro, pequenas e médias indústrias e somam 1.200 empregos diretos.

No município de Birigui, o programa Incubadora de Empresas existe desde 1999 e ocupa um terreno de quatro mil metros quadrados. As dez empresas instaladas geram 91 postos de trabalho, a maioria deles no ramo de calçados infantis. O assessor

executivo da secretaria de Indústria, Comércio, Agronegócio e Turismo, Ernani Ney da Silva, afirma que o projeto é um laboratório importante para os empreendedores de Birigui. "Nossa cidade possui 160 indústrias de calçados. Enfrentar essa concorrência sem o devido preparo pode ser desastroso", diz.

O coordenador da incubadora da cidade, Paulo Roberto Bini, concorda que a inexperiência pode minar um negócio promissor. Segundo ele, "às vezes, o empreendedor tem boas idéias e já sabe como produzir, mas não sabe como crescer. É aí que essa capacitação entra".

**Programa
Incubadora de
Empresas apóia
pequenos há
15 anos**

Novata no programa, a incubadora de Araras, surgiu há pouco mais de um ano, sob a forma de cooperativa mista. As 16 indústrias incubadas empregam 100 pessoas trabalhando no ramo de brindes, artesanato, ferramentaria e fabricação de servidores para

de negócios

FOTOS: RAFAELLE SOUZA/FAESP

Peneira industrial vibratória produzida por empresa "incubada" na cidade de Jundiaí



computadores. O coordenador do local, Jerônimo Fonseca, acredita que a iniciativa "vai muito além dos incubados, já que surgiram parcerias com faculdades e escolas municipais da região". Para melhorar esta integração, a incubadora criou até um concurso entre os estudantes para eleger as propostas mais interessantes de modernização das empresas.

E, se o apoio dos municípios também é importante para o sucesso das incubadoras, os empreendedores de Araras não têm do que reclamar. A prefeitura do município está tão satisfeita, que já pensa em criar um condomínio para ser ocupado pelos "ex-incubados" após o período de dois anos na cooperativa. Luiz Mauro Celtron, presidente da Agência Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento de Araras, acredita que o papel da prefeitura é ser uma facilitadora desses negócios. "Os empresários estão mais confiantes e organizados, geram mais empregos e impostos para o município. Por isso merecem apoio, pois toda



Incubadora de Araras abriga 16 empresas

a cidade está sendo beneficiada", diz o presidente.

Dependendo do tamanho e da movimentação econômica do município, é possível até a instalação de mais de uma incubadora. Esse é o caso de Limeira, onde há duas cooperativas. Na incubadora tradicional - criada em 1999 - há dezesseis empresas, entre fabricantes de bijuterias, maquinários e eletroeletrônicos. Cerca de cem pessoas trabalham no local. Já a cooperativa de agronegócios sur-

giu há pouco mais de dois anos e ainda há espaços vagos para novos incubados e possibilidade de geração de mais empregos.

Para Orlando José Zovico, secretário executivo de Governo e Desenvolvimento, os principais benefícios para o município de Limeira são "a empregabilidade, a qualificação de mão-de-obra e, principalmente, a participação da prefeitura num projeto que tende a desenvolver-se cada dia mais", acredita ele.

O coordenador da incubadora tradicional, Wladimir dos Santos, calcula que, além das dezesseis empresas atuais, outras trinta já passaram pela incubadora da cidade. Seis delas foram certificadas pelo selo de qualidade ISO 9000 e estão em plena expansão no mercado. "Tentamos sempre acompanhar nossas ex-incubadas, levamos para feiras do setor e convidamos para cursos e palestras aqui. Essa é uma forma de analisar o desempenho delas quando caminham sozinhas", diz.

Programa Incubadora de Empresas

O que é

Local que oferece infra-estrutura física e orientação administrativa para novas empresas e negócios.

Objetivos

Criar empregos, aumentar a renda e formar uma cultura empreendedora.

Em funcionamento

Há 27 incubadoras em todo o Estado com mais de 250 novas indústrias.

Como participar

A prefeitura deve entrar em contato com o representante da Fiesp na região e solicitar um estudo da viabilidade do projeto no município. Para mais informações, acesse o site www.fiesp.org.br ou entre em contato com o e-mail incubadora@fiesp.org.br

Imagine
uma pessoa
importante,
linda,
culta e elegante.

Você não pensou em
alguém negro, pensou?

foto: Marcelo Freitas

Não guarde o seu racismo. Jogue fora.

A campanha "Onde você guarda o seu racismo?" é realizada pela iniciativa Diálogos Contra o Racismo, que reúne mais de 40 instituições da sociedade civil na luta pela igualdade racial no Brasil.

O objetivo: incentivar mudanças de pensamentos, hábitos e atitudes.
O caminho: revelar e discutir as várias formas de guardar o racismo, provando que todas elas são nocivas, destrutivas e altamente contagiosas.

www.dialogoscontraoracismo.org.br



Nas entrelinhas da Lei de Responsabilidade Fiscal

Livro comenta artigos da lei que direciona a gestão municipal e que completou cinco anos de existência em 2005

POR FLÁVIO TOLEDO*

Escrito em linguagem objetiva e recheado de exemplos práticos, o livro *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada Artigo por Artigo* (Ed. NDJ, 448 págs., R\$ 98) volta-se aos que se relacionam à administração financeira dos municípios, sejam eles prefeitos, presidentes de mesa legislativa, orçamentistas, procuradores jurídicos, bem assim titulares de autarquias, fundações e empresas municipais.

Em sua 3ª edição, o livro foi atualizado por cinco Emendas Constitucionais, uma resolução do Senado e nada menos que 11 portarias do Tesouro Nacional. Aqui, vale refletir: na ausência do ainda não instituído Conselho de Gestão Fiscal e da falta de lei que, por força constitucional, substituirá o estatuto básico de orçamento e contabilidade pública (Lei nº 4.320, de 1964), aquele órgão da União vem reformando toda a classificação das receitas e despesas governamentais e, nesse passo e por forma imprópria, não raro legislando.

Dito de outra maneira, essas portarias federais não poderiam afrontar o diploma que, hoje, possui status de lei complementar à Constituição: a sobredita Lei nº 4.320. As vigentes regras fiscais não podem ser mais que o princípio da continuidade dos serviços públicos e o do interesse público.

Por isso, o livro traz interpretação calcada na flexibilidade responsável, o que garante espaço para os municípios assimilarem as mudanças trazidas pela LRF e, exatamente



por isso, permitir que esse ordenamento deite sólidas raízes na cultura de bem administrar o dinheiro público.

A Lei é instrumento que "pegou" e consagrou-se tal qual irreversível direito da sociedade brasileira, impondo-se, por isso, tal qual código fundamental para todos os que conduzem a vida dos governos locais.

Os municípios estão a congregar maior nível de esforço para se ajustarem a essa disciplina financeira; isso, porque 93% das comunas são de pequeno porte; ressentem-se de melhor estruturação técnica para exercitar os hoje indispensáveis instrumentos do planejamento orçamentário e financeiro.

Em suma, a Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000, visa resultados positivos entre receitas e despesas governamentais e, disso resultante, a

paulatina redução do nível de endividamento, quer de curto ou longo prazos, sendo que o primeiro é absolutamente majoritário nos balanços municipais (restos a pagar sem cobertura financeira), enquanto o outro: a dívida consolidada, tem baixa participação nos débitos dos municípios, vez que estes não vêm obtendo financiamento a serem pagos em período superior a 12 meses.

A despeito de valorizar a dinâmica do planejamento, a LRF não adentra nas políticas de alocação dos recursos obtidos, compulsoriamente, da sociedade. Preocupa-se, com os resultados aferidos pela contabilidade, mas não interfere no modo com que se empregam tais dinheiros. Nesse cenário, tal disciplina em nada altera a Lei de Licitações e Contratos, de Improbidade Administrativa, do Fundef; ao contrário, soma-se a elas.

Até a edição da LRF, o direito financeiro do Brasil dispunha da sobredita Lei 4.320 e de algumas normas constitucionais; muito pouco para disciplinar o gasto de um setor que responde por mais de terço do PIB. Apesar de escrito por dois técnicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, esse livro explica visão exclusivamente pessoal de seus autores; não vincula, em hipótese alguma, nenhuma decisão que possa ser tomada pelo egrégio colegiado que dirige essa Casa de Contas.

*Assessor técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e co-autor da obra.

Durante mobilização, prefeitos recebem garantias de ministros



O evento Mobilização em Defesa dos Municípios, organizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), colocou as questões regionais na pauta da União, em setembro. Os prefeitos conseguiram o comprometimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para marcar audiência com o novo presidente da Câmara e definir a data de votação da Reforma Tributária. Entre as mais de 50 reivindicações apresentadas ao ministro, estava o aumento de 22,5% para 23,5% na parcela da arrecadação da União que compõe o Fundo de Participação dos Municípios.

Os prefeitos também se reuniram com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, que se comprometeu a buscar solução para o parcelamento da dívida dos municípios Previdência (que com já somam mais de R\$ 18 bilhões) e colocar como prioridade de votação no Congresso a transferência da arrecadação de recursos do Imposto Territorial Rural (ITR) para os municípios. De Palocci obtiveram a promessa de um decreto isentando as prefeituras do IPI de máquinas e equipamentos. Mais de 1,5 mil prefeitos foram a Brasília reivindicar mais recursos ao Governo Federal.

Municípios com penitenciárias recebem recurso

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara aprovou a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para os municípios que abriguem penitenciárias; colônias agrícolas, industriais ou similares; casas do albergado; centros de observação; e hospitais de custódias e tratamento psiquiátrico. O objetivo da proposta da deputada Iriny Lopes visa destinar esses recursos para projetos sociais de apoio à população local e aos familiares dos presos.

O projeto tem por finalidade criar incentivos à construção de estabelecimentos penais, ao mesmo tempo em que assegura aos municípios, como forma compensatória, o acesso a recursos do FNSP.

Aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, o projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto impõe condições para criação de municípios

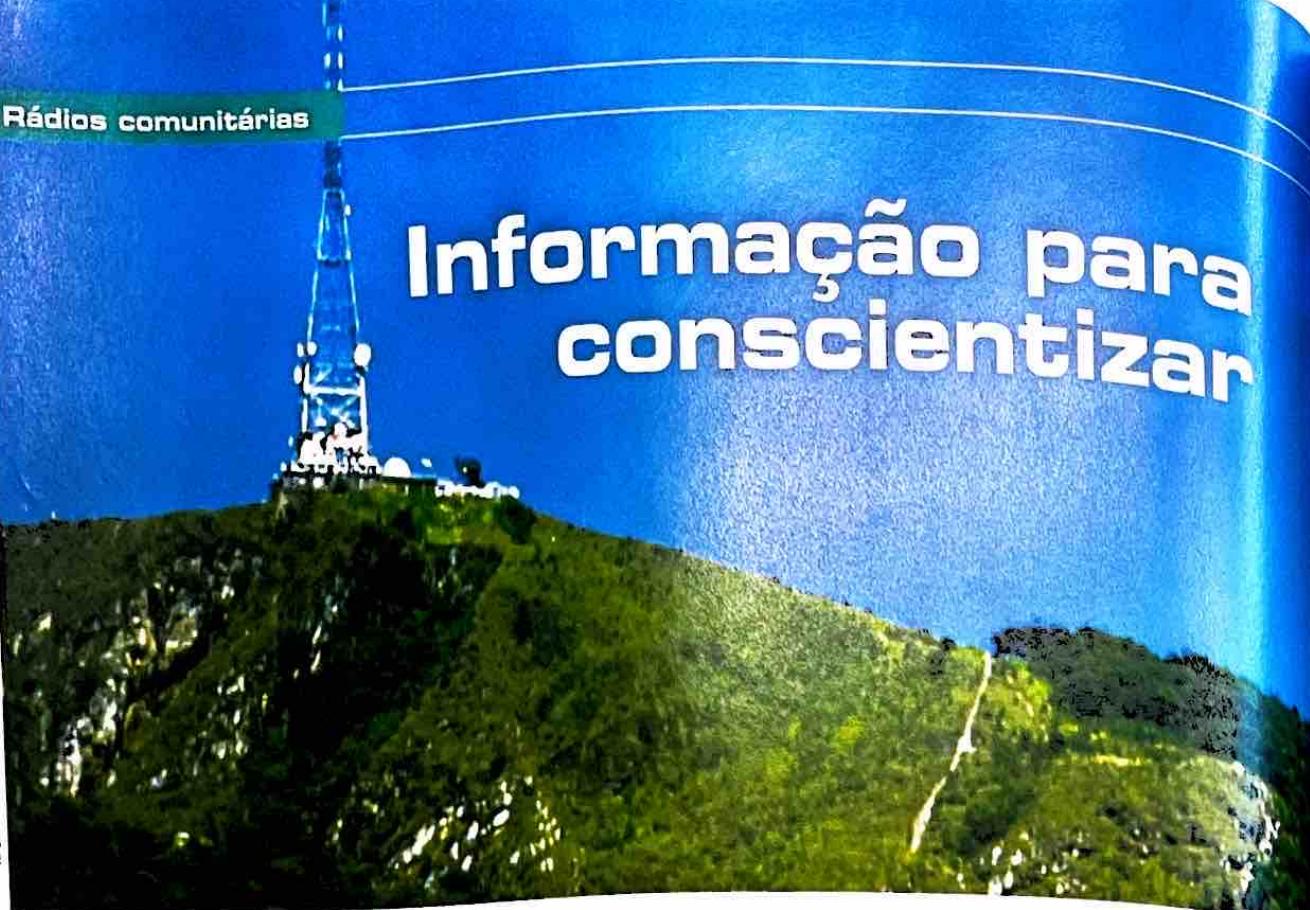
A criação de novas cidades poderá depender da realização de estudo de viabilidade econômico-financeira que leve em conta fatores como o potencial de arrecadação de tributos da área a ser desmembrada. Segundo

projeto de lei complementar apresentado pelo deputado Eduardo Valverde, só poderá ser transformada em município a localidade cuja arrecadação não seja inferior à média apresentada pelas demais cidades do Estado.

A proposta barra a criação indiscriminada de novos municípios "sem as mínimas condições de exercer a autonomia administrativa, política e econômica", segundo o autor. O projeto aguarda para ser votado no Plenário.

Informação para conscientizar

TIPSIMAGES



Rádios comunitárias funcionam como porta de entrada dos cidadãos na discussão das políticas públicas do município

POR ANTOINE MOREL

Divulgar uma campanha de trânsito, alertar sobre os perigos da droga, receber reclamações de todos os tipos. Estes são alguns exemplos do trabalho de uma rádio comunitária. Regularizadas ou não pelo ministério da Comunicação, elas agem como um porta-voz da sociedade, não só para criticar o poder público, mas também para conscientizar os moradores do bairro, ou cidade, da importância do papel deles no desenvolvimento econômico, social e político do ambiente em que vivem.

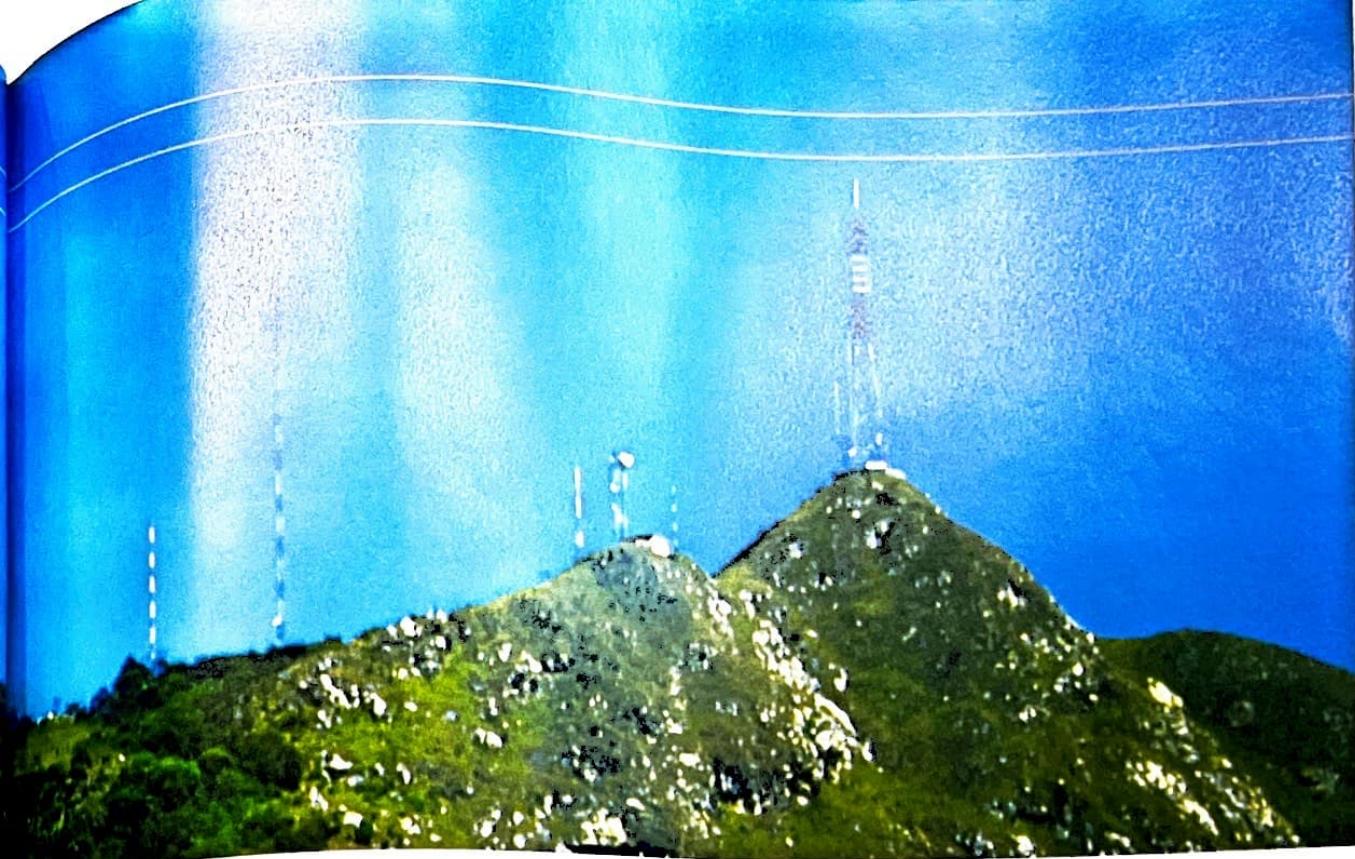
“As rádios comunitárias promovem a melhoria social pela informação. O desenvolvimento, por meio da ajuda do poder público, é um efeito colateral. O efeito primário é mesmo a informação, que acaba por conscientizar a população”, analisa José Luiz Sóter, membro

fundador e atual coordenador de Comunicação e Cultura da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

A importância deste tipo de meio de comunicação foi confirmada pela Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. A legislação federal permite que as rádios sejam veiculadas em baixa potência (25 watts), em freqüência modulada (FM), e cobra que elas tenham a função de dar oportunidade de difusão de idéias, oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, e ainda prestar serviços de utilidade pública. A lei diz que as rádios, que não podem ter qualquer fim lucrativo, têm o direito de emitir opiniões sobre quaisquer assuntos, tendo a programação voltada para conscientizar a audiência com uma programação opinativa e informa-

tiva. Apesar de a concessão ser dada pelo ministério da Comunicação, é a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) que tem a função de fiscalizar. Na lei original de 1998, as rádios teriam um período de três anos da freqüência. Em 11 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.597 aumentou o prazo para dez anos da posse.

No estado de São Paulo atualmente existem 121 rádios comunitárias legalizadas pelo governo federal. Sóter afirma que a maior diferença entre uma rádio comercial e uma comunitária é a intimidade que esta possui com seu público. “Não é como uma rádio convencional, que tem que pasteurizar os assuntos para atender a uma grande audiência. As rádios comunitárias sabem com quem estão falando e discutem problemas pontuais



daquela região."

Em Votorantim, cidade que possui cerca de 100 mil habitantes e está a 100 quilômetros da capital do estado, a rádio Nova Tropical já funciona, desde junho de 2004, com a licença da União. Trabalhando apenas com os 25 watts permitidos, ela consegue atingir toda a cidade e, apesar de pouco tempo aberto, tem colhido bons frutos, segundo afirma um dos coordenadores, Everton Delapasi. "Aqui somos todos voluntários e por isso não temos por que deixar de informar a população sobre qualquer assunto", diz ele, assegurando que a rádio tem também prestado grande apoio ao poder público ao conscientizar a população por meio de campanhas educativas. "Em outubro, fizemos uma divulgação sobre a saúde pública. Em novembro, estamos alertando como se deve transitar com veículos automotores. Todos os riscos, desde como andar com uma criança no banco de trás até

informações básicas de trânsito, são colocados no ar a cada 20 minutos." A cooperação da rádio com a prefeitura, segundo Delapasi, é melhor que uma campanha feita por uma rádio comercial. "Aqui ninguém paga nada para a gente." Mas, para ele, mais importante do

protestar." A Nova Tropical, por estar localizada em área estratégica, consegue atingir quase metade da cidade vizinha, Sorocaba, uma das maiores do Estado. "Como as cidades são conurbadas, a gente recebe muita coisa de lá também." A rádio Quatá, da cidade homônima que possui 12 mil habitantes apenas, funciona das 6 horas da manhã às 10 da noite e é um exemplo de que as rádios comunitárias conseguem atuar em municípios que não possuem problemas de uma cidade grande como Sorocaba. Pertencente à Associação Santo Antônio de Quatá, a programação inclui, além das músicas, um serviço que abre espaço para a Polícia Militar conscientizar a população dos problemas mais comuns. O programa "Polícia Comunitária" já tem quase um ano e é transmitido diariamente de segunda a sexta, abordando temas como os perigos das drogas e como são os procedimentos em casos de riscos.

Pela lei, as rádios comunitárias não podem ter fim lucrativo

que ajudar diretamente a prefeitura da cidade é divulgar o pensamento da população. "A comunidade tem se integrado sim. É um meio de comunicação gratuito que eles podem utilizar e que repercute. Todo sábado, temos um programa que deixa o povo falar, reclamar,

Nos grandes centros urbanos

Maiores ainda do que Sorocaba, Campinas e São Paulo possuem diversas rádios comunitárias, porém, poucas delas conseguiram

a regularização. Em Campinas, a ex-prefeita Izalene Tiene sancionou uma lei no seu mandato (2001 - 2004), que prevê a municipalização das concessões para operar o serviço radiofônico. A prefeitura se

baseou no artigo 30 da Constituição, "tudo que é do interesse do município deve ser legislado pelo poder local".

Para ela, não se trata de criticar o poder público federal. "O município tem mais condição de saber que rádio pode ter a licença ou não. É claro que a Anatel continuaria fiscalizando", analisa Izalene. O pensamento da ex-prefeita e dos vereadores de Campinas é apoiado por José Luiz Sóter. Segundo ele, cidades como Belo Horizonte e Goiânia têm projetos parecidos. "Nós, da Abraço, defendemos que a União

Como regularizar uma rádio comunitária

Segundo a lei de 1998, podem explorar o serviço de rádios comunitárias somente associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço. As estações de rádio comunitárias devem ter uma programação pluralista, sem qualquer tipo de censura, e devem ser abertas à expressão de todos os habitantes da região atendida. Para serem habilitadas, o primeiro passo das entidades é colocar em seus respectivos estatutos o objetivo de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Depois dessa providência, deverão as interessadas retirar da página na internet do ministério das Comunicações o "formulário de demonstração de interesse em instalar rádio comunitária".

Após a efetivação do cadastro da interessada junto ao ministério das Comunicações, a partir do recebimento do "formulário de demonstração de interesse em instalar rádio comunitária", será enviado um comunicado com o intuito de informá-la acerca do número do seu respectivo processo. A partir daí, a interessada deverá aguardar a publicação no Diário Oficial da União dos "Avisos de Habilitação", nos quais haverá uma lista de municípios habilitados à prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Os profissionais da secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica (SSCE) conferem se houve o cumprimento das exigências legais por parte das entidades interessadas em prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Caso exista apenas uma entidade com processo regular, o ministério comunica ao requerente para que este encaminhe o projeto técnico da estação. Já para as localidades com mais de uma interessada em situação regular, caso não exista a possibilidade técnica de coexistência dessas emissoras, a SSCE propõe a associação entre as interessadas. Se não houver acordo, utiliza-se o critério da representatividade, que consiste na escolha da requerente que tiver mais manifestações de apoio da comunidade. Caso haja empate no caso da utilização desse último critério, o ministério das Comunicações realizará um sorteio para escolher a entidade vencedora.

Fundações e associações que já estejam prestando serviços de radiodifusão ou que tenham vínculos, de qualquer natureza, com outras empresas que prestem tais serviços ou ainda tenham vínculo, de qualquer natureza, com partidos políticos, instituições religiosas, sindicatos serão automaticamente descartadas.

Apoio cultural restringe-se a pagamento de custos de transmissão

deveria criar o serviço e os municípios regularizarem. Além do aspecto sociológico, cada cidade tem uma geografia própria, um relevo diferente e isto interfere nas ondas difusoras."

Segundo a prefeitura de Campinas, a cidade de um milhão de habitantes tem aproximadamente 96 rádios comunitárias, a maioria delas sem licença. O número que representa quase 80% do total de rádios regularizadas no Estado é ainda pouco se comparado com o da Capital, São Paulo. "São mais de 200 e nenhuma é regularizada", diz o jurista, Luiz Carlos

A fiscalização fica por conta da Anatel

Após a regulamentação junto ao ministério, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) definirá uma frequência para ser utilizada pelas emissoras prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o País. Em caso de impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, a Anatel designará um canal alternativo, que pode variar de 88 a 108 Mhz, em FM.

Segundo a Anatel, a instalação e o funcionamento de estação de rádio, sem a devida autorização, são crimes federais, e punidos com prisão dos responsáveis e apreensão dos equipamentos. Essa penalidade é aplicada não somente ao proprietário da estação clandestina, como também a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estejam ligados a essa atividade ilegal (instaladores, vendedores e fabricantes de equipamentos, anunciantes).

A Anatel afirma que recebe denúncias diárias de rádios irregulares pelo País inteiro. Os principais origários das reclamações são as

não fica a cargo da Anatel. Quando há a denúncia de uma irregularidade neste assunto, ela é passada para o ministério das Comunicações que pede o monitoramento da frequência, denuncia para a agência e analisa posteriormente o assunto.

As propagandas nas rádios também são reguladas. Segundo a lei: "As prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária podem transmitir patrocínio sob a forma de apoio cultural, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. Entende-se por apoio cultural o pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa específico, sendo permitida, por parte da emissora que recebe o apoio, apenas veicular mensagens institucionais da entidade apoiadora, sem qualquer menção aos seus produtos ou serviços."

Anatel recebe denúncias diárias da existência de rádios piratas

rádios concorrentes, que sofrem interferência no sinal; a Infraero, que tem problemas no sistema da aviação e ainda bombeiros e policiais, que sofrem com a falha na comunicação, provocada por essas rádios, nos seus comunicadores. A fiscalização da programação, porém,

Nader, especialista no assunto e que ajudou a redigir o Projeto de Lei nº 145/2001, apresentado pelos vereadores Carlos Neder e Ricardo Montoro, que ainda espera para ser aprovado na Câmara.

A ex-prefeita Izalene acredita que as rádios são mais direcionadas à população e por isso possuem uma influência maior na informação. "Em Campinas, por exemplo, o poder da mídia é muito concentrado. Nas rádios comunitárias, as notícias são mais direcionadas e têm uma interlocução grande com a população de baixa renda."

No Estado de São Paulo há 121 rádios legalizadas pelo governo federal

Além da relação dos meios de comunicação comunitários e a sociedade, Izalene afirma que o aumento dessas rádios ajudaria a relação da comunidade com o poder público municipal.

"Há uma necessidade muito

grande de informação pela parte mais necessitada da população. Há um vácuo entre as rádios convencionais e a população mais pobre. As rádios comunitárias atendem à população e acabam sendo úteis para nós do governo, assim como elas também esperam um retorno da nossa parte. Foi isto que motivou a lei" crê Izalene. As rádios comerciais, porém, entraram com uma representação contra a prefeitura junto ao Ministério Público por constitucionalidade da lei homologada recentemente. O processo ainda corre na Justiça.

Procon tem serviço inédito em Jacareí

Os consumidores contam com um novo serviço do Procon de Jacareí: trata-se de um projeto que faz a intermediação dos acordos de parcelamentos entre consumidores inadimplentes e fornecedores/credores por meio de audiências conciliatórias. "A pessoa pode pagar suas pendências e retirar o nome do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e Serasa. Jacareí é pioneiro na implantação desse processo", conta Cecília Eiko Kubo, gerente de Assuntos do Consumidor do Procon.

O órgão já fazia esses tipos de acordo de maneira experimental. Agora, o grupo de ações recebeu o nome oficial de Consumidor em Dia. Cecília afirmou que o CED tem facilitado a vida daqueles que têm enfrentado dificuldades para pagar suas contas.

Segundo o diretor de Assuntos da Cidadania do Procon, José Rubens de Souza, este tipo de acerto não está previsto no Código de Defesa do Consumidor. "Além de ser vantajoso receber ainda que com desconto, não interessa ao comércio e empresas ter consumidor com nome nos órgãos de proteção ao crédito. Certamente a pessoa que reabilitar o nome voltará a ser cliente em potencial", explica o diretor de Assuntos da Cidadania.

Banco do Povo de São Bernardo lidera empréstimos no Estado

Segundo levantamento da secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, a unidade baseada na cidade foi a que mais concretizou empréstimos em agosto. No total, 46 financiamentos foram fechados. Houve um aumento de 58% no número de atendimentos no posto do Poupatempo, que passou de 508 em maio para 805 em agosto.

Para a secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico

e Turismo o resultado é fruto do trabalho de comunicação de massa realizado desde maio na periferia e da criação da unidade móvel, que percorre os principais corredores comerciais do município para divulgar o funcionamento e as condições para empréstimos junto ao posto do Banco do Povo. Em pouco mais de cinco anos de existência, o Banco do Povo de São Bernardo já fez 1.471 empréstimos, no valor de R\$ 4.261.759,00.

Indaiatuba inaugura central de 0800 para atender população

A secretaria de Administração e Recursos Humanos (Semar) de Indaiatuba inaugurou central de atendimento ao público com a instalação de um 0800. É por meio dela que a população da cidade poderá acionar os serviços da prefeitura, solicitar informações, entre outras demandas.

De acordo com o secretário da Semar, Wagner Tadeu de Oliveira, as ligações que necessitarem de providências das secretarias serão encaminhadas para os respectivos responsáveis, que terão até três dias úteis para responder e encaminhar as respostas novamente à central de atendimento. "Dependendo do assunto nossas aten-

tes poderão resolver diretamente ou encaminhar os questionamentos às secretarias através do próprio sistema", explica. Com base em remanejamentos, a prefeitura montou a equipe de funcionários da central. O telefone é 0800-7707702.

Equipe de atendentes do serviço de ouvidoria da cidade



Guarujá terá observatório urbano da ONU

Depois do Rio de Janeiro e Curitiba, Guarujá é a terceira cidade do País a ser escolhida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), para receber um observatório urbano. "Trata-se de um órgão composto por técnicos que fazem a avaliação da estrutura socioeconômica e humana. A idéia da ONU é começar pela cidade Guarujá, para depois atender à Região Metropolitana da Baixada Santista", disse o gerente socioeconômico da secretaria municipal de Planejamento, Marco Antônio Barbosa dos Reis.

Com base nos indicadores que serão levantados pelo observatório, a prefeitura de Guarujá poderá, por exemplo, medir os impactos das ações que estão sendo levadas para comunidades carentes.

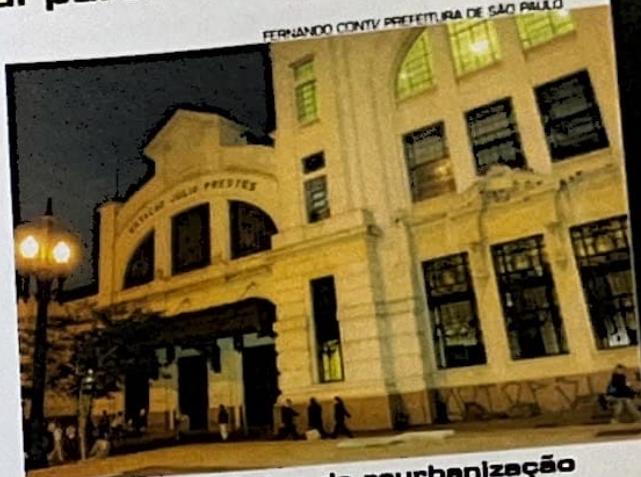
"Por meio de levantamentos, podemos dizer como estava determinada situação antes e depois dos investimentos", resumiu a especialista em estatística da secretaria municipal de Planejamento e Gestão Integrada, Patrícia Nunes Solimani Teixeira. A medida também unificará o banco de dados da população, que permitirá o cruzamento das informações entre todos os setores da prefeitura, que terá panorama social.

Para revitalizar centro, São Paulo dará incentivo fiscal para empresas

A prefeitura da capital encaminhou à câmara municipal, em setembro, um projeto de lei que dá incentivos fiscais a empresas que se instalarem na região central da cidade. As interessadas terão redução de até 60% nos impostos municipais ISS (Imposto Sobre Serviços), IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto de Transmissão "Inter Vivos") em troca de seus investimentos na região.

Desde março deste ano, a Subprefeitura da Sé combate irregularidades na região com operações que integram órgãos atuando nas frentes de: zeladoria, fiscalização, assistência social, sinalização e organização do trânsito.

Até o momento, a prefeitura já fez 588 vistorias em estabelecimentos como hotéis, bares, restaurantes, cinemas, ferro-velhos, armazéns.



Bairro da Luz é alvo de reurbanização

Destes, 250 não tinham licença de funcionamento, 340 tinham alguma irregularidade (infringindo leis do Contru, Psiu, Eletropaulo, Sabesp etc), 99 foram interditados. De 27 fiscalizadas, 14 empresas clandestinas de turismo foram fechadas, oito estão em processo para fechar e cinco encerraram as atividades; 17 ônibus foram apreendidos.

Projeto de Praia Grande está entre os melhores do País, diz FGV

O projeto da secretaria municipal de Educação da cidade, Libras Para Todos, está entre os cem melhores do Brasil. A indicação é da Fundação Getúlio Vargas, que através do programa Gestão Pública e Cidadania seleciona e premia iniciativas públicas que melhoram a vida da população brasileira. O projeto, que vai incluir a Língua Brasileira de Sinais (Libras) em toda a rede escolar, foi escolhido entre 724 inscritos

na categoria Cidadania e Direitos Humanos.

Criado em 2002, o programa capacita professores e outros educadores para que se comuniquem também através de sinais. Cerca de 350 educadores já passaram pela capacitação e, atualmente, mais 100 profissionais estão no curso. Em Praia Grande, aproximadamente 80 alunos da rede municipal de ensino são deficientes auditivos.

Construção civil desacelera crescimento

Calculado em convênio com a Caixa Econômica Federal, o Índice Nacional da Construção Civil variou 0,34% em agosto, recuando 0,18 ponto percentual em relação a julho (0,52%) e mantendo uma desaceleração observada desde junho. No ano, o acumulado foi 5,77%, e 9,60% nos últimos doze meses, taxas abaixo daquelas observadas em iguais períodos de 2004 (7,07% e 9,76%). O custo nacional por metro quadrado passou para R\$ 536,97, dos quais R\$ 313,55 relativos aos materiais e R\$ 223,42 à

mão-de-obra.

A parcela dos materiais subiu 0,50% e ficou 0,08 ponto percentual acima do índice de julho (0,42%). Já a mão-de-obra recuou 0,54 ponto percentual, indo de 0,65% em julho para 0,11% em agosto. No ano, os materiais acumularam 5,13%, ficando abaixo da taxa de igual período de 2004 (8,45%). Para a mão-de-obra, a alta foi de 6,67% contra 5,21% de 2004. Nos últimos doze meses, as variações foram 10,44% (materiais) e 8,45% (mão-de-obra).

ELIANA RODRIGUES/GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Índice Nacional da Construção Civil variou 0,34% em agosto

Emprego na indústria se manteve estável, segundo indicador

Oíndicador do emprego industrial mostrou que não houve variação em julho de 2005 em relação ao mês anterior (0,0%), na série livre de influências sazonais. No confronto com mesmo mês do ano passado, o índice registrou aumento de 1,1%.

Nove das 14 áreas investigadas contribuíram positivamente no resultado geral, com destaque para São Paulo (3,2%) e Minas Gerais (3,6%). Nos dois estados, alimentos e bebidas e produtos de metal foram os ramos determinantes na formação dos resultados locais. Mais sete segmentos na indústria paulista e mais 10 na indústria mineira apresentaram taxas positivas. Entre as

áreas que reduziram o emprego, as principais influências negativas vieram do Rio Grande do Sul (-7,0%) e Santa Catarina (-0,8%). Calçados e artigos de couro (-20,8%) na indústria gaúcha e madeira (-12,5%), na catarinense, foram os principais responsáveis pela redução do número de trabalhadores nesses estados. Em nível nacional, os impactos positivos para o aumento do número de pessoas ocupadas, frente a julho de 2004, vieram de alimentos e bebidas (8,9%), meios de transporte (8,0%) e produtos de metal (9,9%). Por outro lado, calçados e artigos de couro (-14,0%) e madeira (-12,1%) foram as contribuições mais negativas.

IBGE inicia coleta da PNAD

A coleta das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios será realizada a partir de outubro de 2005, logo após o treinamento de todos os técnicos que foram designados para a realização desta investigação domiciliar do IBGE. A pesquisa coleta informações sobre as características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias e domicílios. A conclusão a ser divulgada em novembro próximo apresentará comentários sobre as condições de habitação e posse de bens duráveis, composição e mobilidade populacional, educação, situação do mercado de trabalho, trabalho infantil, sindicalização, cobertura previdenciária e situação dos rendimentos.

Na comparação com o primeiro trimestre, PIB cresce 1,4%

O PIB a preços de mercado apresentou variação de 1,4% na comparação do segundo trimestre contra o primeiro trimestre de 2005, na série com ajuste sazonal. Agropecuária, Indústria e Serviços apresentaram crescimento de 1,1%, 3,0% e 1,2%, respectivamente.

Em relação aos componentes da demanda, o principal destaque foi o crescimento de 4,5% da Formação Bruta de Capital Fixo no segundo

trimestre deste ano, após dois trimestres consecutivos de queda. As Exportações de Bens e Serviços seguiram a trajetória de crescimento iniciada no segundo trimestre de 2003 e obtiveram crescimento de 2,6%. As Importações de Bens e Serviços, por sua vez, registraram pelo sétimo trimestre consecutivo um aumento da ordem de 2,4%. O Consumo das Famílias teve variação positiva de 0,9%, e o Consumo do Governo, de 1,1%.

Comércio cresce em 22 estados

A Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE apurou que o varejo do País cresceu, em julho de 2005, 0,31% em volume de vendas e 0,47% em receita nominal, em relação a junho, na série com ajuste sazonal. O volume de ven-

das cresceu 4,50% sobre julho de 2004, acumulando 4,62% no ano e 6,34% nos últimos 12 meses. Já a receita nominal cresceu 9,33% sobre julho de 2004, acumulando 11,47% no ano e 12,72% nos últimos 12 meses.

Para quatro das oito atividades do comércio varejista, ainda em relação a junho e com ajuste sazonal, somente houve alta no volume de vendas de tecidos, vestuário e calçados (7,23%). Os resultados das demais atividades foram: combustíveis e lubrificantes (-4,74%); móveis e eletrodomésticos (-1,88%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,80%).



Vendas de tecido tiveram alta no mês de julho

Todas as informações podem ser acessadas na página: www.ibge.gov.br. Procure o IBGE, estamos ao inteiro dispor, através de vários canais de atendimento, inclusive pela nossa Rede de Agências, composta por 100 (cem) unidades, estrategicamente instaladas por todo o estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação de Informações, instalado no prédio da sede estadual, à Rua Urussui nº 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones: (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.

Produção industrial cai e barra expansão

A queda de 2,5% na produção industrial frente a junho interrompeu uma seqüência de quatro meses de expansão, representando a maior perda neste indicador desde janeiro de 2003, e fez com que o nível de produção retornasse a um patamar ligeiramente superior ao de abril. A taxa negativa contribui, ainda, para a perda de ritmo nas comparações para períodos mais amplos, embora mantenham resultados positivos: a taxa que compara o mês contra igual mês do ano anterior (0,5%) é a menor desde setembro de 2003, e a trajetória do índice de média móvel trimestral tornou-se praticamente estável, com o total da indústria variando apenas 0,2% entre junho e julho últimos.

O recuo observado em julho teve perfil generalizado e atingiu vinte das vinte e três atividades pesquisadas que têm séries sazonalmente ajustadas e todas as categorias de uso. Entre as indústrias que reduziram a produção, os movimentos de maior importância vieram de veículos automotores (-4,6%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-10,7%) e máquinas e equipamentos (-5,7%).

Outros povos

POR CLÁUDIO MANESCO

Moscou, final da década de 80. O comunismo caminhava para os estertores e simultaneamente aos ares liberais sopravam fortes ventos de recrudescimento no interior dos altos escalões do governo.

Uma equipe de jornalistas brasileiros respirou estes ares. Enviados pelo Partido Comunista Brasileiro para gravar imagens para o programa eleitoral de TV do partido, eles sentiram as diferenças culturais e o clima daquele momento de transição. Para aliviar as tensões viviam a fazer piada – mesmo que politicamente incorretas. Afinal, quem haveria de entender português por ali. Um dia, no elevador do hotel, depararam-se com um negro alto, de terno bem cortado, acompanhado de uma senhora que roubava a cena pela elegância discreta e por um rapazola enfurnado em larga camiseta, calça jeans levemente desbotada, tênis e meias coloridas.

Perdiam-se amigos, mas não a oportunidade de fazer joça. Um dos integrantes da equipe – mais baixinho e sério deles – arrematou com ferina construção de frases.

– Em que laboratório vamos revelar

este negativo?

Seguiram-se respostas e assertivas do mesmo naipe de brazucas certos de que ninguém jamais poderia entendê-los.

No primeiro andar desceu o casal, enquanto o rapazola permaneceu inerte. Antes que a porta se fechasse ele se dirigiu aos que saíam com um “nos encontramos em breve”. Olhares atônitos voltaram-se para o moleque que, sem maiores delongas, e com o olhar a sorrir o que os lábios não se atreviam – assacou: Quem acabou de descer do elevador foi o Ministro da Saúde de Angola.

Num bom português de rua, todos se disseram. Aí f...

Estranhos no ninho

Uma delegação de prefeitos do interior do Brasil esteve no final de maio acompanhando a missão oficial do Presidente Lula ao Japão. Tinha gente de Ourinhos, Capão Bonito, Cesário Lange, Varginha e uma série de outros municípios.

Um deles me contou que no Ae-

roporto de Narita, arredores de Tóquio, Japão, no corre corre do vôo vindo de Los Angeles presenciou cena inusitada. Misturavam-se cores, línguas e sexos, mas predominavam japoneses elegantes, apressados e dirigindo-se aos guichês rápidos e destinados aos filhos da terra.

Em meio aos orientais, completamente deslocados, um casal de velhinhos que não se poderia precisar exatamente de onde vinha. Possivelmente eram europeus pelos trajes. Mas de que país?

Então o nosso protagonista, por brasileira curiosidade e também por impulso de solidariedade, se aproximou para lhes informar que estavam em lugar errado. Eis que escutou o seguinte diálogo:

– Manoel, você já reparou que só estamos nós entre os japoneses?

– Sim, Maria. Mas fique quietinha que a gente se passa por japonês. Tiveram sorte de encontrar um brasileiro atento e solidário que – contendo a vontade de rir, se aproximou e os convidou a acompanhá-los até a fila correta no saguão.

Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilhem casos e “causos” que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchristma@terra.com.br

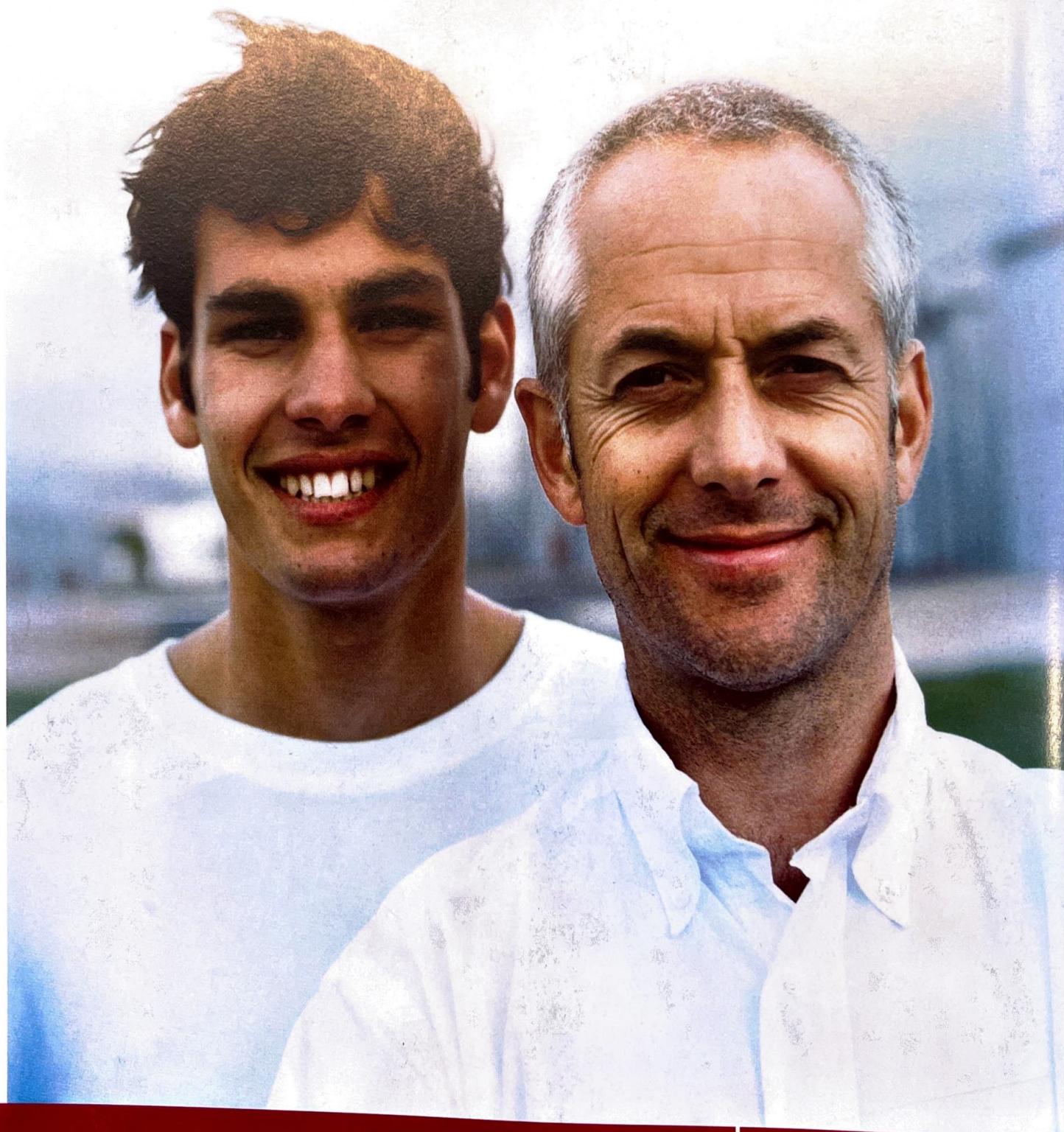


Quando o assunto é futebol, o Brasil só dá bola dentro.
Mas tem que parar de dar chute quando o assunto é distribuição de renda.

Fundação Gol de Letra. Para fazer um Brasil campeão não só no futebol.

A Fundação Gol de Letra não é uma escola de futebol, mas ensina a driblar os problemas da vida. São centenas de crianças no Rio de Janeiro e em São Paulo que aprendem arte, dança, música, informática, leitura, praticam esporte e, o mais importante, encontram o caminho da cidadania. Acesse o site www.goldeletra.org.br e associe-se. Juntos, nós podemos ajudar as crianças brasileiras a virar o jogo da vida, a defender uma posição na sociedade e a construir um Brasil campeão, não só no futebol.





**Quando o presente está na Nossa Caixa,
o futuro fica muito bem guardado.**

O Banco Nossa Caixa abriu suas portas para gerações inteiras. São décadas de solidez que geraram produtos e serviços de qualidade, programas de crédito sob medida e, o mais importante, clientes confiantes. Afinal, se a Nossa Caixa reúne tradição e modernidade, segurança e rentabilidade é pensando na satisfação de cada um de seus clientes.

Nossa Caixa. Abre todas as possibilidades para você.

Nossa Caixa
O banco do coração de São Paulo

